



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**NATTANY CARULINE SANTOS RODRIGUES**

**NÃO QUERO, NÃO POSSO, NÃO DÁ:  
A EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR PARA PROFISSIONAIS  
DE SAÚDE**

**Florianópolis  
2014**

NATTANY CARULINE SANTOS RODRIGUES

## **NÃO QUERO, NÃO POSSO, NÃO DÁ: A EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Professora Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Luciana Patrícia Zucco

**FLORIANÓPOLIS  
2014**

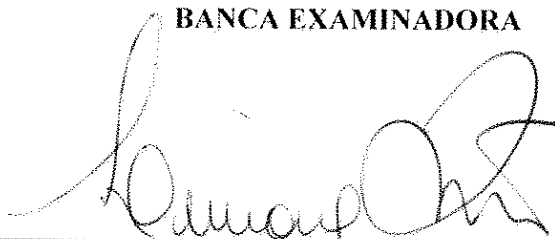
NATTANY CARULINE SANTOS RODRIGUES

**NÃO QUERO, NÃO POSSO, NÃO DÁ:  
A EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR PARA PROFISSIONAIS DE  
SAÚDE**

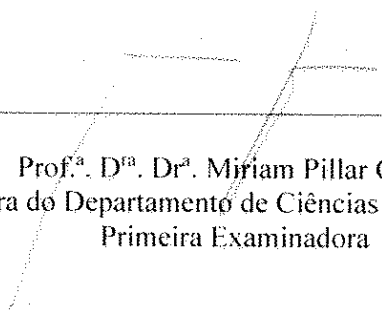
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2014.

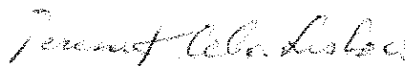
**BANCA EXAMINADORA**



Prof.ª, D.ª, Dr.ª Luciana Patricia Zucco  
Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC  
Orientadora



Prof.ª, D.ª, Dr.ª Miriam Pillar Grossi  
Professora do Departamento de Ciências Sociais – UFSC  
Primeira Examinadora



Prof.ª, Dr.ª Teresa Kleba Lisboa  
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC  
Segunda Examinadora

*“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”.*

(Simone de Beauvoir)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Iraneide e Caio, por me dedicarem respeito, amor e confiança em todas minhas escolhas e por me apoiarem em todos os momentos. E aos meus irmãos, Natalia e Tiago, pelos momentos de conversas, brigas, diversão e apoio.

Agradeço também aos amigos de infância e adolescência que fizeram parte da minha história e compartilharam experiências e expectativas em relação ao futuro.

Ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), que me possibilitou experimentar, conviver e aprender teorias que contribuem para o fortalecimento da defesa dos direitos humanos. Agradeço em especial à coordenadora Miriam Pillar Grossi, com quem aprendi tanto. Aos companheiros e companheiras, com que partilhei essas vivências, expressei meu sincero agradecimento; além das relações de trabalho vividas cotidianamente e dos aprendizados compartilhados, essas relações adentraram outro campo, o da amizade. Obrigada querid@s!

A Day, Maria Clara, Suzana e Gracielle, por serem meus amores, por me apoiarem nos mais diversos momentos dessa trajetória, inclusive naquelas em que o mau humor consumia minhas energias, vocês são daquele tipo de gente que não se esquece! Obrigada por estarem comigo nessa aventura!

Á querida professora Luciana, que não só aceitou me orientar, como também sempre esteve disponível para ouvir meus delírios e angustias, assinalando sempre um campo de possibilidades, muito maior do que eu poderia imaginar. Muito obrigada por me orientar!

Aos amig@s de república que nesses quatro anos, me cativaram, cada um com uma magia diferente, pessoas diferentes e experiências diferentes.

Á minha querida supervisora de estágio, que, como uma boa capricorniana, compartilhou e sofreu comigo todas as angustias. Obrigada Mirian, não só por compartilhar os sofrimentos e angustias, mas por ser minha amiga e dividir os bons momentos também!

Ao meu bebê, Baia, que nesses 04 meses de vida me dispensou o amor mais descompromissado de todos, foram muitas lambidas em meio às páginas escritas. E, por último, agradeço não só a paciência, mas como a falta dela também do meu querido jaconeiro, Felipe! Obrigada por acompanhar nesse momento de muitos que estaremos juntos e por me lembrar da importância do companheirismo.



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a extinção do poder familiar solicitada pelos sujeitos responsáveis, tendo como cenário de coleta de dados as maternidades dos municípios de Florianópolis/SC e Curitiba/PR. Nesse sentido, o trabalho buscou compreender as situações que envolvem os pedidos de extinção do poder familiar pelos responsáveis nas maternidades dos municípios de Florianópolis/SC e Curitiba/PR, a partir dos discursos dos/as profissionais (assistentes sociais e psicólogas). Destacou-se os processos que redundam na extinção do poder familiar, seus significados, as composições familiares, as motivações, os sentimentos suscitados, o perfil dos sujeitos envolvidos e as concepções de gênero, segundo os discursos dos/as sujeitos de pesquisa, que prestam os serviços de saúde. A pesquisa desenvolvida consiste em um estudo empírico, de abordagem qualitativa, na qual os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, sendo estes posteriormente transcritos e organizados e discutidos a partir da análise de conteúdo, segundo a modalidade temática sugerida por Bardin (2010). Os principais resultados obtidos referem-se a caracterização do perfil das mulheres que solicitaram a extinção do poder familiar nas maternidades pesquisadas, bem como as motivações e os sentimentos suscitados diante da tomada de decisão, para além desses aspectos também foram evidenciados a forma como a demanda se apresenta nas unidades de saúde, as concepções de maternidade e paternidade e as compreensões e sentimentos suscitados pela equipe profissional, assim como as dificuldades apresentadas. O texto está organizado em quatro seções, em que a primeira é a introdução, apresentando os conteúdos gerais do trabalho. A segunda seção aborda os aspectos da construção ocidental da maternidade desde a modernidade até os dias atuais. A terceira seção aborda a extinção do poder familiar nas maternidades de Curitiba/PR e Florianópolis/SC, apresentando o percurso metodológico, apresentação e análise dos dados, sendo o trabalho concluído com a quarta seção que se refere as considerações finais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maternidade, Mulher, Extinção de Poder Familiar, Criança e Adoção.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>CF/88</b>	Constituição da República Federativa do Brasil 1988
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>AS</b>	Assistente Social
<b>PSI</b>	Psicóloga
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>PR</b>	Paraná
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>HU</b>	Hospital Universitário
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A CONSTRUÇÃO OCIDENTAL DA MATERNIDADE .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 O significado social das crianças e da maternidade na Modernidade .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Da recusa da amamentação à consolidação como prática de maternagem na contemporaneidade .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Mães que entregam os bebês em adoção nas maternidades: uma perspectiva jurídica.....</b>	<b>32</b>
<b>3 A EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR EM MATERNIDADES DE CURITIBA E FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 Percurso metodológico .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 Apresentação dos dados .....</b>	<b>40</b>
3.2.1 Perfil das solicitantes .....	41
3.2.2 Motivações que levaram as mulheres a entregarem as crianças em adoção .....	43
3.2.3 Sentimentos suscitados pelas mulheres .....	45
3.2.4 Apresentação da demanda na unidade de saúde: a extinção do poder familiar.....	46
3.2.5 Maternidade e Paternidade .....	46
3.2.6 Compreensões do processo de extinção do poder familiar pelas profissionais.....	49
3.2.7 Sentimentos suscitados pela equipe.....	51
3.2.8 Principais dificuldades apontadas pelas profissionais .....	52
<b>3.3 Análise dos dados.....</b>	<b>54</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade ocidental contemporânea é fruto de um conjunto de experiências e dinâmicas sociais, políticas e econômicas, que a compõe, sendo estas caracterizadas por processos que envolvem oposições e disputas entre os diferentes grupos que a formam. Os elementos dessas dinâmicas são, portanto, construídos e reconstruídos socialmente dentro de uma trajetória histórica e situados localmente.

Diante de tais dinâmicas, nas quais operam também as instituições como fontes reguladoras<sup>1</sup>, são produzidos valores e regras morais que instituem padrões para a sociedade, bem como um conjunto de manifestações culturais, crenças, normas, códigos e outros mecanismos reguladores. Essa produção de elementos reguladores modifica-se conjuntamente com as dinâmicas sociais, criando e ressignificando os dispositivos e práticas que controlam a sociedade.

Homens, mulheres e crianças, inserem-se em teias de relações hierarquizadas, que se expressam por diferentes níveis de poder e desigualdades, fatores estes que marcam as diferentes atribuições e posições ocupadas socialmente. As relações de poder se consolidam como estratégias materializadas em um série de discursos e práticas. O exercício do poder não é, portanto, um privilégio ou dádiva natural e divina de algum grupo, como é o caso do poder coercitivo, muitas vezes naturalizado na figura estatal, religiosa, patriarcal, etc.

Dito isso, neste trabalho será situada a construção histórica da maternidade<sup>2</sup> e da maternagem<sup>3</sup>, apontando para as concepções e práticas presentes neste campo desde a modernidade até os dias de hoje, bem como seu estreito laço com a estrutura social, ou seja,

---

<sup>1</sup>Instituições reguladoras são aquelas representadas pela igreja, governo, família, entre outras. Nos termos de Scott (1995), as instituições são estruturas cognitiva, normativas e regulativas, que promovem a estabilidade e atribuem significado ao comportamento social, sendo estes sistemas simbólicos. Instituições são transportadas por vários portadores – culturas, estruturas, e rotinas – e operam em múltiplos níveis de jurisdição (SCOTT, 1995, p.33).

<sup>2</sup> Para Badinter (1985, p.19), “a procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação.

<sup>3</sup> Compreende-se maternagem como processo de cuidados, a longo prazo, dispensados às demandas básicas de uma criança, podendo ser exercido a quem convir.

com as práticas de agenciamento direcionado à relação mulher e criança. Pensar as mulheres, na condição de mães, implica visualizar que estas estão inseridas numa rede de relações de solidariedade e/ou resistência, que se modificam de acordo com as demandas dos processos sociais.

A agência em relação à maternidade pode ser vista como a capacidade que as mulheres têm de agir em relação à mesma, através de práticas de resistências, que ressignificam o exercício da maternidade, como é o caso do objeto de estudo ou de dominação, quando por exemplo, há a aceitação em assumir, mesmo não havendo o desejo. No entanto, cabe destacar, que não só as mulheres, como outros sujeitos contribuem para a modificação do exercício da maternidade.

Desta forma, a agência interfere nas relações e nos discursos de acordo com a cultura, a intencionalidade dos sujeitos e o contexto em que se constrói e modifica, estando concomitantemente em conexão com o poder presente na estrutura social.

Os sujeitos não são totalmente livres, apesar de possuírem projetos pessoais e serem portadoras de poder sobre si e outras pessoas, como afirmar Ortner (2007). Estes estão inseridos em uma série de relações que influem sobre as práticas e discursos, que no caso da maternidade vai se modificando ao longo do tempo, passando por processos de resistência e dominação em relação aos poderes em jogo.

Segundo Ortner (2007, p.52,74), a agência:

[...] nunca é uma coisa em si, mas sempre faz parte do que Giddens chama de estruturação: o fazer e refazer de formações sociais e culturais mais amplas. [...] Os indivíduos/pessoas/sujeitos sempre estão inseridos em teias de relações, de afeto ou solidariedade, de poder ou de rivalidade ou, muitas vezes, em alguma mescla dos dois. Seja qual for a "agência" que parecem "ter" como indivíduos, na verdade se trata de algo que é sempre negociado interativamente. Nesse sentido, nunca são agentes livres, não apenas no sentido de que não têm liberdade para formular e atingir suas próprias metas em um vazio social, mas também no sentido de que não têm capacidade de controlar completamente essas relações para seus próprios fins. Como seres sociais – fato verdadeiro e inescapável –, só podem atuar dentro de muitas teias de relações que compõem seus mundos sociais.

As mudanças nos padrões do exercício da maternidade e da maternagem não estão, portanto, descoladas dos câmbios sociais. Sendo analisa-se as mudanças ocorridas nos padrões de maternidade, conjuntamente com as transformações que perpassaram a constituição da instituição familiar e de seus atores.

A partir de uma contextualização histórica e social e da pesquisa desenvolvida, esta última, dentre outros aspectos, procurou identificar os desenhos familiares e os fatores condicionantes da entrega da criança em adoção, bem como as concepções de gênero presentes neste processo é que se deu visibilidade às situações que envolvem os pedidos de extinção de poder familiar<sup>4</sup> pelas mulheres nas maternidades dos municípios de Florianópolis/SC e Curitiba/PR. Segundo os discursos das profissionais, buscou-se compreender tais situações.

Para tanto foram entrevistadas duas assistentes sociais e duas psicólogas, profissionais estas que atendem e se posicionam tecnicamente frente ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e Ministério Público, sobre esta demanda nas maternidades.

As perguntas norteadoras da pesquisa, atreladas a este debate, buscam responder, a partir da compreensão dos profissionais, quais são os motivos que levam as mulheres atendidas em Florianópolis/SC e Curitiba/ PR a doarem seus filhos.

As mulheres não assumem as crianças por não se sentirem obrigadas filialmente<sup>5</sup> e socialmente a criarem? Ou estariam essas práticas ligadas às condições de existência dessas mulheres nos seus contextos sociais?

---

<sup>4</sup>De acordo com Ataíde Junior (2009, p.44), a extinção do poder familiar “se opera, em regra, *ipso iure* é decorrência natural da verificação nos fatos jurídicos previstos no art.1.635, incs. I e VI, do novo Código Civil: (I) morte dos pais ou do filho; (2) emancipação; (3) maioridade e (4) adoção. [...] Importante frisar que a adoção como causa de extinção do poder familiar restringe-se às hipóteses de adoção consensual (com consentimento dos pais), em procedimento de jurisdição voluntária, na qual o Juiz não precisa decretar a perda da autoridade parental para deferir a adoção.”

<sup>5</sup>As definições de filiação são distintas e dependem da leitura teórica adotada. Contudo, é possível afirmar que há nas definições levantadas uma referência jurídica que as informam. “A filiação não é um puro facto biológico: carece de ser reconhecida e o direito não se mostra muito empenhado nisso. É uma concepção *voluntarista* de filiação” (Pimenta, 1986, p.47). Ou ainda, nas palavras de Lôbo (2004) “O estado de filiação constitui-se *ope legis* ou em razão da posse de estado, por força da convivência familiar (*a fortiori*, social), consolidada na afetividade. Nesse sentido, a filiação jurídica é sempre de natureza cultural (não necessariamente natural), seja ela biológica ou não biológica. No direito brasileiro atual, com fundamento no art. 227 da Constituição e nos arts. 1.593, 1.596 e 1.597 do Código Civil, consideram-se estados de filiação *ope legis*:

a) filiação biológica em face de ambos os pais, havida de relação de casamento ou da união estável, ou em face do único pai ou mãe biológicos, na família monoparental; b) filiação não-biológica em face de ambos pais, oriunda de adoção regular; ou em face do pai ou da mãe que adotou exclusivamente o filho; e c) filiação não-biológica em face do pai que autorizou a inseminação artificial heteróloga. Nessas hipóteses, a convivência familiar e a afetividade são presumidas, ainda que de fato não ocorram. Se qualquer forma, a convivência familiar e a afetividade constroem e consolidam diuturnamente os respectivos estados de filiação, passando a ditar-lhes os contornos. Em qualquer dessas hipóteses, o estado de filiação poderá ser substituído, em razão de adoção superveniente do filho por outros pais”. Numa perspectiva antropológica, Zambrano (2006, p.126), enfatiza que o vínculo familiar entre uma criança e um adulto, é caracterizado como sendo “a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão”.

Seriam esses processos permeados por compreensões de abandono ou doação por parte das mulheres? Quais sentimentos essa decisão suscitaria nas mulheres? Como os profissionais percebem tais questões?

Tendo como interesse essa temática tem como origem a experiência de estágio desenvolvida durante o Ensino Médio na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Taubaté. Notava-se, que os processos envolvendo extinção do poder familiar, apresentavam uma particularidade, visto que eram concluídos com rapidez e tinham como apelados recém-nascidos (sem nomes registrados). Nesses processos, assim que extinto o poder familiar, eram tramitadas as ações de adoção, sendo estas também rapidamente concluídos, em geral.

Observava-se na tramitação desses processos a atuação de assistentes sociais e psicólogas, que se mostravam presentes por meios de emissão de encaminhamentos, pareceres e laudos que orientavam a decisão judicial. Essa experiência despertou, portanto, a curiosidade de saber quais os motivos que condicionavam a entrega dessas crianças em adoção.

Sendo essas situações, perpassada pela questão de gênero, faz necessária a aproximação com essa discussão. Contudo, a formação acadêmica em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não enfatiza em seu currículo o debate sobre as relações de gênero, visto que não possui disciplina obrigatória que discuta tal temática. A discussão não é priorizada, mesmo sendo esta uma profissão eminentemente feminina (VELOSO, 2001; SIMÕES e ZUCCO, 2010) e com prevalência de usuárias do sexo feminino, sendo essa característica perpassada pelos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Diante das particularidades apresentadas, sobre a formação em Serviço Social pela UFSC, tive a oportunidade de me aproximar do debate sobre gênero, relações de gênero, sexualidade entre outros, ao adentrar o campo de conhecimento da Antropologia Social, através da inserção como bolsista no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Contudo, as linhas de pesquisa relacionadas à reprodução humana estavam direcionadas às discussões sobre as novas tecnologias reprodutivas conceptivas; às questões relacionadas ao parto e nascimento e, conseqüentemente, ao exercício da maternagem, não enfatizando assim os processos que negam a maternagem de forma jurídica legal.

O interesse pela temática, localizada nos processos de extinção do poder familiar solicitados nas maternidades é que buscou-se identificar a relevância da pesquisa para o Serviço Social. Para tanto, foi realizado nos meses de maio e junho de 2014, um levantamento

---

sobre o tema nas revistas de Serviço Social, enquadradas no conceito Qualis A<sup>6</sup> pela CAPES, sendo estas: Katálysis, Serviço Social e Sociedade, Ser Social e Textos & Contextos. Foram utilizados como descritores as palavras chave: extinção de poder familiar; destituição de poder familiar; maternidade e maternagem.

Desse levantamento, identificou-se uma escassa produção acadêmica nas Revistas de referência do Serviço Social, evidenciando que as discussões sobre os processos de extinção de poder familiar e maternagem não são contempladas pelas Revistas.

Esses dados, demonstram, a invisibilidade da produção teórica do Serviço Social sobre essas questões, como pode ser observado no sítio<sup>7</sup> das revistas pesquisadas e no Quadro 1, síntese desse levantamento.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de dois processos complementares: sendo o primeiro compreendido pela pesquisa bibliográfica, ou seja, pela utilização de material publicado sobre o tema de estudo (GIL, 1994); e o segundo pela pesquisa de campo, entendida por Minayo (1994, p.53) como “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Nesta etapa foi lograda através da utilização de entrevistas semiestruturadas, realizadas nos hospitais maternidades de Florianópolis/SC e Curitiba/PR. Os dados obtidos com a pesquisa de campo, foram analisados a partir da técnica de análise do discurso, na modalidade temática.

---

<sup>6</sup> QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. [...] A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 11 setembro 2014.)

<sup>7</sup> As Revistas foram consultadas nos respectivos sítios: REVISTA KATÁLYSIS (Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1414-4980&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4980&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 maio 2014); REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE (Em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0101-6628&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 de maio de 2014); REVISTA TEXTOS & CONTEXTOS (Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/search/search>>. Acesso em: 01 junho 2014) e REVISTA SER SOCIAL (Em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/search/search](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/search/search)>. Acesso em 01 junho 2014.)

**Quadro 1** – Levantamento de publicações nas revistas Qualis A do Serviço Social

<b>Palavras chaves</b>	<b>Revista Katálysis A1</b>	<b>Revista Serviço Social e Sociedade A1</b>	<b>Textos &amp; Contextos A2</b>	<b>Ser Social A2</b>
Destituição de poder familiar	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	CASSAB, LatifAntonia; FANTE, Ana Paula. <b>Convivência Familiar: um direito à criança e adolescente institucionalizado</b>	Nenhuma publicação
Extinção de poder familiar	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma Publicação	Nenhuma publicação
Maternidade	Nenhuma publicação	SEGALIN, Andreia. <b>Serviço Social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção.</b> <i>Serv. Soc. Soc.</i> , Set 2013, no.115, p.581-594.  CARDOSO, Luzia Magalhães; SOUZA, Mirian Moura Constantin Félix de and GUIMARÃES, Roberto Ubirajara Cavalcante. <b>Morte materna: uma expressão da "questão social".</b> <i>Serv. Soc. Soc.</i> , Jun. 2010, no.102, p.244-268.	WELTER, I.; CETOLIN, S. F.; TRZCINSKI, C.; CETOLIN, S. K. <b>Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade.</b> Revista textos e contextos, Porto Alegre, v.7, n.1, jan-jun 2008. p.98-119.	CORDEIRO, M. <b>Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil.</b> Ser Soc. 2008;10(23):71-9
Maternagem	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma Publicação	Nenhuma publicação

**Fonte:** Elaborado pela autora.

O trabalho está dividido em quatro seções, sendo a primeira constituída pela introdução, a segunda seção busca caracterizar historicamente as formas como eram exercidos os cuidados

com a prole no seio das famílias, e como as mulheres e crianças faziam parte deste processo, a partir de um recorte histórico que compreende meados do século XVII até os dias atuais, chegando à discussão de maternar ou em outras palavras, a consolidação de certas práticas direcionadas aos cuidados de recém-nascidos e crianças. É abordado ainda na segunda seção, as características conceituais/ jurídicas dos processos de extinção do poder familiar e das demais terminologias que envolvem o processo de prerrogativas parentais.

A terceira seção compõe a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa, a apresentação e a discussão dos principais resultados obtidos. Posteriormente ao desenvolvimento da terceira seção, é apresentada as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido, sendo esta a quarta e última seção.





## **2 A CONSTRUÇÃO OCIDENTAL DA MATERNIDADE**

Para pensar maternidade e maternagem na atualidade foram recuperadas suas origens na história. Compreensões e práticas sobre o assunto são resultados de processos históricos, sociais e políticos. Estes influenciaram a configuração e a reconfiguração das unidades familiares, dos papéis atribuídos às mulheres, homens e crianças, bem como de práticas destinadas por e para estes sujeitos.

Nesta seção foi feita uma breve aproximação à trajetória da maternidade, abordando suas diferentes orientações no transcorrer dos últimos séculos apontando para os papéis que os sujeitos sociais ocupavam na teia das relações sociais.

### **2.1 O significado social das crianças e da maternidade na Modernidade**

No século XVII, as crianças serviam como mão-de-obra em variados espaços de trabalho, sendo também neste período representadas nas obras como pessoas em miniaturas, pintadas nos quadros da época com vestimentas, iguais as usadas pelos adultos. O sentimento de infância concebido nos dias de hoje era inexistente, não sendo evidenciando qualquer distinção na relação criança-adulto, a não ser seu tamanho.

O período que antecedeu o surgimento e a expansão do sentimento de infância evidência uma característica de tratamento destinado às crianças e às mulheres que, ao considerá-los como seres inferiores, não lhe dispensava qualquer tipo de tratamento diferenciado. As crianças eram entregues às amas-de-leite após o nascimento, e ao completarem seus 07 ou 10 anos de idades, eram novamente colocadas em outras famílias, para receberem ensino de ofício. Os pequenos desenvolviam as tarefas do ofício e as atividades da casa, ao lado das pessoas adultas, não havendo diferença de espaços, tampouco de atribuições entre adultos e crianças.

Neste período, as altas taxas de mortalidade infantil eram uma característica comum na Europa. Segundo Ariès(1981, p.22), o pensamento social pautava-se na perspectiva de que “as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerável uma perda eventual [...] elas morriam em grande número [...] essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época”.

Outro aspecto que perpassa as concepções, nesse período, era a ideia de infância como um mal<sup>8</sup>, concebida dessa maneira por alguns teólogos, filósofos e pedagogos franceses. Contudo, esta não era a ideia preponderante no âmbito das relações sociais, embora indicasse aos pais a frieza no tratamento com os filhos (BADINTER, 1985). Nesse sentido, a ternura era moralmente condenável sob as justificativas de torná-la viciosa. Segundo a autora,

[...] a criança é considerada mais como um estorvo, ou mesmo como uma desgraça, do que como o mal ou o pecado. Por motivos diferentes e até opostos, a criança, e particularmente o lactente, parece constituir um fardo insuportável para o pai, a quem toma a mulher e, indiretamente, para a mãe. Os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê representa no lar nem sempre parecem agradar aos pais. [...] como muitos desses pais não podem — e também alguns, mais numerosos do que habitualmente se pensa, não querem — fazer o necessário sacrifício econômico ou o de seu egoísmo, não foram poucos os que pretenderam se desembaraçar desse fardo. (BADINTER, 1985, p.63-64).

O surgimento e o desenvolvimento do sentimento de infância, na Europa, esteve ligado as transformações ocorridas no bojo da família medial, em vias de mudanças para uma sociedade com características de família moderna. No decorrer deste processo, desenvolveu-se uma série de preocupações em torno da educação (moral e pedagógica), sendo esta uma característica marcante para as mudanças das práticas sociais em relação as crianças. Nota-se, contudo, que a guinada de pensamento sobre esse momento não foi vivida por todas as crianças, principalmente por questões referentes às condições econômicas, sociais e culturais de existência das famílias (ARIÈS, 1981).

No contexto do Brasil Colônia, a questão da mortalidade infantil foi também uma característica expressiva no período, fator que impactou diretamente na configuração das famílias, como aponta Del Priori (1988, p.46-47).

A realidade colonial era a de lares pequenos e famílias com estruturas simplificadas e poucos integrantes. [...] a alta incidência de mortalidade infantil, a falta de trato com o cordão umbilical, o desconhecimento e desprezo pelas moléstias da primeira infância tratavam de reduzir o número de filhos de qualquer família.

---

<sup>8</sup> “Durante longos séculos, a teologia cristã, na pessoa de Santo Agostinho, elaborou uma imagem dramática da infância. Logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original. [...] a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidencia como a natureza humana corrompida se precipita para o mal”. (BADINTER, 1985, p. 54).

O período colonial, esteve marcado por mulheres chefes de família, seja por estas não terem consumado matrimônio ou por terem sido abandonadas pelos companheiros e/ou maridos. Independentemente dos motivos, o contexto social em que estavam inseridas essas mulheres era o de extrema pobreza, fator que muitas vezes as obrigava a “[...] distribuir seus filhos entre parentes, amigas ou comadres para ‘criar’. A rotatividade de crianças, sobretudo das tidas fora do matrimônio consagrado pela Igreja, era bastante comum, na medida em que estas sobrecarregavam as casas mantidas por mulheres sós” (DEL PRIORI, 1988, p.47-48).

Tal cenário associado à compreensão da criança como fardo produziram ações alternativas, sendo o abandono dos pequenos nas ruas e nas primeiras casas de acolhimento a prática mais comum encontrada pelas famílias. Assim como na França, o número de crianças abandonadas no Brasil era significativo. Paralela às práticas de abandono, eram também realizados abortos e infanticídios, ambos, condenados pela moral cristã que se instalava no país ao passo que população livre e pobre crescia. Destaca-se que

No século XVIII, houve um crescimento da população livre e pobre e junto com ele o abandono de crianças ‘ao desamparo pelas ruas e lugares imundos’, segundo os Anais do Rio de Janeiro de 1840. Certamente as dificuldades materiais de existência das mães encorajavam abandonos que significavam melhor oportunidade de vida para os filhos (DEL PRIORI, 1988, p.48).

Os abandonos no Brasil causavam bastante inquietação, em especial da elite, pois havia uma forte preocupação em relação à espiritualidade dessas crianças. Nas palavras de Venâncio (1997, p.190-191)

Embora motivada por sentimentos religiosos, a preocupação em relação às crianças abandonadas acabava tendo importante repercussão na sociedade. Basta mencionar que as Santas Casas do Rio de Janeiro e de Salvador acolheram 50 mil enjeitados durante os séculos XVIII e XIX. A primeira forma de auxílio, patrocinada pelas câmaras, funcionava da seguinte maneira: todo aquele que encontrasse um recém-nascido na rua ou que o recebesse diretamente dos respectivos pais deveria recolher a criança e batizá-la. O pároco redigiria então um certificado explicando que o enjeitado estava residindo no domicílio da pessoa que o acolhera e que por esta era bem tratado. Uma vez com o documento, era possível solicitar ajuda financeira ao presidente da câmara, que julgava o pedido muitas vezes baseado em critérios de amizade ou de clientelismo inscrevendo caso o mesmo fosse concebido, o nome da criança no *Livro de matrícula dos expostos*.

Essa primeira forma de atendimento às crianças abandonadas, tinha como características o recorte temporal, uma vez que o auxílio somente era repassado até a criança completar sete anos e; precário, pois o dinheiro repassado as famílias de criação era tão irrisório que só permitia a compra de pouquíssimos elementos básicos de subsistência

Outra forma de “legitimação” das crianças abandonadas no Brasil foi a implantação das chamadas ‘Roda dos expostos’<sup>9</sup>, instaladas nas Santas Casas de Misericórdia. Este recurso assegurava o sigilo da identidade das mulheres, tornando-as desconhecidas à Instituição. Nota-se que as Santas Casas eram administradas pela Igreja, que condenava a prática do abandono, do aborto e do infanticídio. A Instituição ao se utilizar da “Roda dos expostos”, além de garantir o anonimato, visava desencorajar os abandonos de crianças em vias públicas, visto que essa prática, recorrente à época, era responsável pela número elevado de mortes infantis. O destino das crianças poderia ser tanto a adoção, por famílias de agricultores que adotavam para que estas pudessem ajudar na produção, quanto o trabalho (doméstico) em casas de famílias da cidade, em função da ineficácia dos juízes (DEL PRIORI, 1988).

Além dos abandonos, a recusa ao aleitamento materno, hoje consagrado como fator essencial ao desenvolvimento sadio das crianças, era também uma prática rejeitada pelas mulheres na Europa, em especial pelas mulheres que detinham certo poder aquisitivo. Como alternativa à esta prática, as mulheres da nobreza confiavam seus filhos às chamadas amas de leite, que geralmente eram pobres mulheres camponesas e/ou adquiriam esse serviço em suas casas.

Na França, o sistema de amas, caracterizado pelo trabalho das mulheres que amamentavam os filhos de terceiras em troca de salários, esteve até o século XVII restrito a práticas de mulheres da nobreza. Somente no início do novo século é que o sistema de amas passa por uma grande fase de expansão, sendo incorporado pelas classes populares. Badinter (1985, p.68), ao analisar a Capital francesa do século XVIII, discorre sobre o número elevado de crianças entregues às amas.

Em 1780, na capital, em cada grupo de 21 mil crianças que nascem anualmente (numa população de oitocentos a novecentos mil habitantes), menos de mil são amamentadas pelas mães, mil são amamentadas por uma ama a domicílio. Todas as outras, ou seja, 19 mil são enviadas para a casa de amas. Dessas 19 mil confiadas a amas fora do teto materno, duas ou três mil, cujos pais dispunham de rendimentos cômodos, deviam ser colocadas nas proximidades de Paris. As outras, menos afortunadas, eram relegadas para longe.

---

<sup>9</sup> De acordo com Venâncio (1997, p.191) “Coube às Santas Casas implementar outro sistema de auxílio comum às principais cidades coloniais. Junto à parede lateral ou frontal do imóvel, pertencente ao hospital, instalava-se a Roda dos Expostos. Dispositivo bastante difundido em Portugal, a Roda consistia num cilindro que unia a rua ao interior da Casa de Misericórdia. No Brasil, apenas, Salvador, Recife e Rio de Janeiro estabeleceram tais Rodas no período colonial. Após a Independência, a instituição conheceu enorme sucesso, alcançando o número de doze em meados do século XIX”.

De modo geral, o Sistema se popularizou na Europa, embora fosse comum a prática de permanência do filho junto à mãe, principalmente nos casos das camponesas e mulheres de pequenos comerciantes. Essa expansão implicou numa diversidade de serviços oferecidos pelas Amas e na variação de preços cobrados pela prestação de seus serviços. No entanto, mesmo existindo opções mais econômicas, o que favoreceu a prática para além dos círculos da nobreza, o pagamento por este serviço para algumas mulheres colocaria em risco sua própria subsistência, tendo em vista a pobreza e a miséria severa de muitas famílias (BADINTER, 1985).

Assim como as camponesas que trabalhavam como amas a domicílios na Europa, no Brasil, as escravas desempenharam esse papel. Elas amamentavam os filhos das senhoras da elite, sendo muitas vezes impedidas de amamentarem seus próprios filhos.

A alta taxa de mortalidade, os altos índices de abandonos, a recusa do aleitamento e o envio de crianças a amas por longo período de tempo, bem como o confinamento destas por mais uma série de anos em internatos e conventos, são dados que parecem chocar aqueles que consideram a maternagem algo natural, ou seja, o cuidado das mães em relação aos filhos, como algo inato às mulheres. Acionar o discurso biológico e naturalizar as relações de cuidado dispensadas pelas mulheres em relações as crianças que parem, nos séculos XVII e XVIII, em especial, coloca em xeque a naturalização de certas práticas, tidas como naturais nos dias atuais. Nota-se que nesses séculos predominava o desinteresse para com a maternagem e a infância, caracterizado pela frieza e indiferença das mães e pais em relação aos filhos. Nesse sentido, essa prática “não era realmente condenada pela ideologia moral ou social [...] a mãe age segundo sua própria natureza, que é egoísta, e não impelida por um instinto que a faria se sacrificar ao filho que acaba de pôr no mundo” (BADINTER, 1985, p.143).

O discurso demográfico aparece, agora, não mais justificando a mortalidade infantil, mas sim como dado que adquire importância para justificar as propostas formuladas e destinadas a promover sua diminuição. Este discurso é propagado por médicos e outros setores intelectualizados, como filósofos e pedagogos, que declararam o aleitamento materno, como meio fundamental e indispensável para garantir a sobrevivência das crianças.

Os pequenos começam a ser vistos a partir da ótica mercantil, sendo considerados pelo Estado como “a futura população promotora da riqueza econômica”. Neste sentido, “o ser humano converteu-se numa provisão preciosa para um Estado, não só porque produz riquezas, mas também porque é uma garantia de seu poderio militar. Em consequência, toda perda humana passa a ser considerada um dano para o Estado”. (BADINTER, 1985, p.154).

As famílias como pequenas organizações políticas eram tanto sujeito quanto objeto de intervenção do governo

Sujeito, pela distribuição interna de seus poderes: a mulher, os filhos, e os aderentes (parentela, serviçais, aprendizes) devem obrigações ao chefe da família. Objeto, no sentindo em que também o chefe da família se situa em relações de dependência. [...] Incrustada diretamente pelo sistema das obrigações, das honras, dos favores e desfavores que agitam as relações sociais (DONZELOT, 1986, p.49).

Os asilos e orfanatos mantidos pelo Estado francês passaram a operar numa lógica mercantil, os investimentos dispensados para a manutenção das crianças nestas instituições, não poderiam mais tolerar as mortes dos pequenos antes que estes pudessem “pagar” ao Estado o dinheiro investido.

A orientação que passou a vigorar não admitia, portanto, que as crianças morressem em grandes proporções nas instituições, como era comum. Os pequenos, deveriam conseguir chegar a uma idade em que, por meio de trabalho militar/agrícola ou em colônias (para colonização), deixariam de representar apenas um gasto para o Estado, passando a desenvolver as atividades como forma de pagar os investimentos dispensados para sua criação (BADINTER, 1985).

Os valores sociais que vigorava em relação às mulheres, ao casamento e às formas de maternagem, mudaram expressivamente com a Filosofia das Luzes, o Iluminismo. Tal filosofia era baseada na perspectiva da igualdade, da fraternidade e do amor, além de disso, incentivava a busca pela prometida conquista da felicidade.

Ao passo que o Iluminismo instaurava os ideais de amor romântico e as famílias burguesas começam a se consolidar na Europa. No Brasil Colônia os

[...] sentimentos pareciam ligados a sociabilidade tradicionais [...]. Os sentimentos afluíam diretamente de experiências concretas, como a solidão em que ficavam as mulheres quando da ausência de seus companheiros [...]. Não eram, pois, matizados por referenciais eruditos, embora a poesia do período mencione 'ternas pombas' que se cantam e se beijam [...]. (DEL PRIORI, 1993, p.126).

Esse novo olhar lançado sobre os relacionamentos, foi modificando aos poucos as relações conjugais entre os casais. As crianças começaram a tomar centralidade nas relações sociais e a ser vistas como o futuro da nação, necessitando de cuidados especiais que assegurassem seu desenvolvimento. Desenvolveu-se a cultura dos casamentos baseados no amor, ou seja, da escolha de um parceiro pelo outro, havendo a aproximação entre a esposa e o marido. Inicia-se, portanto, um distanciamento dos casamentos antes consolidados por

alianças firmadas entre famílias, em que os noivos muitas vezes não se conheciam. Nesse sentido, Badinter (1985, p.175-178) comenta:

A felicidade não é mais apenas uma questão individual. É a dois que se espera, em primeiro lugar, realizá-la, enquanto se aguarda a possibilidade de vivê-la com a coletividade. Para que as relações entre o casal e os filhos sejam felizes, é preciso, descobre-se no século XVIII, que sejam fundadas no amor. [...] Fundado na liberdade recíproca, o novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura. Seu ponto culminante: a procriação.

A nova tendência de construção das relações de parentalidade, além de exaltar a maternidade e a responsabilização dos pais sobre a felicidade dos filhos, isola-os em suas residências. Começa a se consolidar a família nuclear, composta por mãe, pai e filhos, vivendo cada vez mais na esfera privada. Essa reconfiguração das relações apoia-se em uma concepção de amor que “[...] isola o casal da coletividade e do controle que esta exercia outrora. O amor materno está na origem da criação do ninho afetivo em cujo o interior a família vem se refugiar” (BADINTER, 1985, p.179).

As famílias brasileiras, em especial as chefiadas por mulheres no período colonial, foi o locus de interesse da Igreja, que via nas mulheres uma forma de encaminhar o projeto normalizador para a Colônia, como aponta Del Priori (1993).

Os novos valores familiares difundidos influenciaram de maneira expressiva o posicionamento dos pais em relação ao falecimento de pessoas da família, por exemplo, a mortalidade infantil, até então vivida com naturalidade, visto que aos montes se morria, adquire outro sentido, a morte das crianças passa a ser encarada como um drama. A saúde das crianças é colocada como o foco central da atenção dos pais.

## **2.2 Da recusa da amamentação à consolidação como prática de maternagem na contemporaneidade**

Como abordado anteriormente, a recusa à amamentação pode ser percebida pelo aumento dos serviços de amas de leite, popularizado no século de XVIII. Entretanto, na atualidade, a amamentação é concebida como fundamental ao desenvolvimento dos recém-nascidos, sendo o aleitamento materno alvo de políticas e programas que buscam afirmá-lo como indispensável ao desenvolvimento infantil. Logo, cabe indagar-se como essa prática se legitimou, visto que o aleitamento foi um dos grandes fatores de rejeição associado à maternidade.



Entre os séculos XVII e XVIII, a recusa do aleitamento materno pelas mulheres foi sustentada por argumentos associados a sua debilidade física, uma vez difundida a ideia de que ao amamentar se estaria retirando nutrientes de si para alimentar outrem. Soma-se a esse argumento a crença de que o aleitamento faria com que as mulheres perdessem a beleza, deformassem os seios, restringissem a vida sexual, dentre uma gama de outros argumentos que não incentivavam a prática (BADINTER, 1985).

É importante destacar que a amamentação neste período não é alvo de nenhuma valoração por parte da sociedade, não sendo conferido às mães nenhuma espécie de reconhecimento pelos cuidados destinados às crianças. Ao contrário, a amamentação possuía uma conotação vulgar, pois tinha-se a concepção de que ao amamentar, as mulheres estariam se expondo diante da sociedade. Além disso, neste período,

Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade. Assim, um médico do século XVIII, Dionis, dizia: "As burguesas, e até as mulheres dos menores artesãos, transferem para outras as suas obrigações maternas." Reflexão talvez demasiado rápida e geral, mas que mostra um aspecto das mentalidades. (BADINTER, 1985, p.95).

Desta forma, o desinteresse por parte das mulheres em elas próprias amamentarem seus filhos pode ser justificado, entre outros fatores, pelo fato de que ser mãe e exercer os cuidados maternos, ou seja, a maternagem, não representava nenhuma glória ou especificidade que merecesse reconhecimento. Tal argumento é reforçado pelo entendimento de que este trabalho requeria das mulheres grande dispêndio de tempo e energia.

Entretanto, em meados do séc. XVIII, quando a popularização das amas estava no auge, a entrega das crianças a estas passa a ser interpretada como fator condicionante da alta taxa de mortalidade, em parte explicada pelas más condições de sobrevivência das próprias amas. Foram também atribuídas a elas, outras culpas, como a má alimentação das crianças, os poucos cuidados com as práticas de higiene e a utilização de faixas que apertavam os bebês, comprimindo suas articulações e lhes causando deformidades. Tais práticas foram duramente criticadas por médicos da época, pois favoreciam a disseminação de doenças nas crianças, representando com isso um novo gasto para as famílias. (BADINTER, 1985).

Esses costumes, contudo, só vieram a se alterar depois da segunda metade do século XVIII, momento em que se proclamou uma nova visão de mãe e de valoração dos cuidados que esta deveria dispensar ao filho. Nota-se que

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. (BADINTER, 1985, p.145)

Apesar da mudança nos discursos voltados às mulheres, no sentido de obrigá-las a amamentar, as orientações sustentadas pela compreensão de médicos e moralistas, não foram absorvidas unanimemente, pois as mulheres ainda resistiam em assumir essa atividade, não amamentando seus filhos.

No Brasil, o interesse pela saúde das mulheres em idade reprodutiva e das crianças atravessou a posição de médicos do antigo regime, momento em que imperava a compreensão de que “toda mulher poderia ser mãe, a medicina concluiu, com enorme funcionalismo, que a mulher não poderia ser outra coisa que mãe” (DEL PRIORI, 1993, p.321). Em decorrência desse pensamento, foram elaborados inúmeros manuais de puericultura que tentavam normatizar as práticas de aleitamento e de outros cuidados com as crianças pequenas, através da difusão de normas que visavam “educar” às mães através do saber médico.

Com o desenvolvimento da medicina, os saberes populares, hábitos e costumes foram problematizados e recriminados por médicos e demais intelectuais, que defendiam a adoção de novas práticas em relação às crianças. Esse posicionamento traduziu-se em uma tentativa de esvaziar aos poucos os saberes e práticas populares passadas de geração para geração.

Segundo Badinter (1985), alguns discursos foram proferidos para persuadir as mães a amamentarem seus filhos. Dentre eles, destaca-se o da ordem econômica, em que se apelou para a importância da população de uma nação, sendo as mães mais pobres apoiadas por uma política de proteção à maternidade, o que não foi suficiente. O outro discurso, por sua vez mais cativante, propunha às mulheres um status de igualdade e felicidade, proporcionados pelo desenvolvimento das expressões do amor, oriundas dos argumentos iluministas. Este, por sua vez, promoveu o lugar e as funções da mãe-esposa, projetados como um valor social.

O esforço desempenhado, através do Estado e dos médicos em instituir a cultura do aleitamento materno às mulheres, foi sendo proferido pela via da sedução, no sentido de enaltecer as mulheres que amamentavam seus filhos, glorificando-as. As mulheres mães foram, portanto, tomadas como referências morais para a sociedade, o que não acontecia com as demais mulheres. Nesse sentido, o reconhecimento social da amamentação acabou por delegar às mulheres o título de “responsáveis pela nação”. A ênfase na obrigação de

amamentar as crianças operou em duas direções distintas: se por um lado as mulheres foram alvo de uma súplica nacional que as intimidava, por outro, a recusa as condenava.

Soma-se a essas ações, os discursos dos militantes pelo aleitamento materno, que invocavam a fé naturalista:

[...] "É a natureza, dizem eles, que manda que a mãe amamente o seu bebê." Ora, é mal, moral e fisicamente, desobedecer à natureza. Nas entrelinhas, para todos esses moralistas, quem diz "lei da natureza" diz "lei divina". E não é bom desobedecer a Deus. Todos os austeros conselheiros repetiram, exaustivamente, que a natureza não deu seios à mulher para que ela obtenha glória de sua beleza, ou para que façam o prazer de um marido sensual. A mulher não deve se envaidecer ou extrair prazer de seus órgãos, pois sua função essencial é nutrícia. A natureza criou-a fêmea antes de mais nada, permitindo-lhe alimentar o filho com o próprio leite. Ai daquelas que o esquecessem! (BADINTER, 1985, p. 183).

Nesse contexto, muitas foram às experiências sobre a prática do aleitamento. Se, por um lado, algumas mulheres identificaram-se com as propostas trazidas pelo ideário iluminista, outras tantas e de diversas classes sociais continuaram resistentes a esse imperativo. É notável nos discursos o constante apelo à natureza, ao biológico e as características próprias das fêmeas, no intuito de convencer as mulheres a assumirem o aleitamento materno de seus filhos.

No entanto, há que se considerar que a comparação entre mulheres e outras espécies animais se mostra um tanto quanto vulgar, pois esvazia, no discurso, qualquer capacidade reflexiva das mulheres, colocando-as em um estado animal de vivência na qual não pesaria os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais. Desta forma, a recusa ao aleitamento aparece como sendo prática de mulheres “desnaturadas”:

Ora, a palavra "desnaturado" tem vários sentidos. Se definimos a natureza em termos da "norma", a mulher desnaturada será uma anormal, isto é, uma doente ou um monstro. E se identificamos a natureza com a virtude, a mulher desnaturada será corrompida ou viciosa, isto é, uma amoral, ou uma mãe ruim. Nos dois casos, é preciso modificar os usos e remediar o mal, mesmo que muitas vezes se pareça atribuir a essas mulheres o atenuante da irresponsabilidade. (BADINTER, 1985, p.190).

No final do século XVIII e majoritariamente no novo século, as atribuições designadas às mulheres foram aos poucos incorporadas pelas mesmas. Independentemente da classe social, a condição da “boa mãe” foi reafirmada como característica central. Contribuíram para a incorporação dessa lógica, o fator econômico e o desejo de gozar de um papel gratificante

na família e na sociedade. Com isso, as práticas de maternagem modificaram-se em razão das novas orientações disseminadas no campo dos cuidados.

Parte-se, pois, da idéia de que, historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.45).

Contudo, as famílias passaram e ainda vem passando por mudanças no contexto social, econômico, político e cultural, com repercussões para o exercício da maternidade.

Se, nos últimos dois séculos, o papel feminino foi marcado por uma relativa estabilidade e por sua redução ao papel materno, na década de 80, embora essa vinculação não tenha desaparecido, passou a mostra-se menos estável no contexto de algumas classes sociais, particularmente nas camadas urbanas jovens (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.51).

Embora as práticas de cuidado não representem uma responsabilidade naturalmente feminina, podendo ser exercidas por qualquer pessoa que disponha de tempo e as queira executar, sua centralidade foi consagrada nas mulheres (SCAVONE, 2001). Contudo, cabe salientar que as orientações sobre os modos de agir em relação às crianças não estiveram isentas de resistências. Mulheres se opuseram a desempenhar as recomendações de médicos e demais proclamadores das novas condutas, ou simplesmente não cumpriram suas orientações. A “nova mãe” deveria se dedicar quase que totalmente ao filho, cabendo a ela não só o papel de nutrir e cuidar, mas também o de educar. Neste contexto, Badinter (1985, p. 211) afirma que

Não amar o filho tornou-se um crime sem perdão [...] a boa mãe é terna, ou não é boa mãe. Ela não suporta mais o rigor e a inflexibilidade demonstrados antigamente para com a criança. Ela teme a severidade dos colégios e dos conventos, mas também as más condições de higiene e de promiscuidade dos dormitórios”.

Destaca-se que o ideal de santa-mãezinha<sup>10</sup>, promovido pela Igreja, também vai incentivar as mulheres a amamentarem seus filhos. Entretanto, inúmeras experiências de

---

<sup>10</sup> Del Priori (1993, p.18), define que o estereótipo fabricado da santa-mãezinha, refere-se a definição de características como “provedora, piedosa, dedicada e assexuada se constituiu no imaginário brasileiro no período colonial e não mais o abandonou”.

maternidade permearam o Brasil no período colonial e na atualidade, afastando-se das regras recomendadas pelas diferentes instituições.

Nas palavras do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, a sociedade mais antiga seria a família, entendida ainda como sendo a única natural, visto que “as crianças apenas permanecem ligadas ao pai o tempo necessário que dele necessitam para a sua conservação. Assim que cesse tal necessidade, dissolve-se o laço natural” (ROUSSEAU, 1996, p.11). A lógica do autor é de que a família se estabelece naturalmente, sem formalidades. Logo, pensar a família requer analisar e ter claro as diferentes mudanças pelas quais estas passaram. Roudinesco (2003, p.19) as defini em três grandes momentos:

Numa primeira fase, a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta. [...] Numa segunda fase, a família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento. [...] Finalmente, a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita “contemporânea” – ou “pós-moderna” –, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual.

Do ponto de vista adotado por Roudinesco (2003), vive-se atualmente a configuração da chamada “família pós-moderna ou contemporânea”. Nessa compreensão, a família passou por duas fases, anteriores a atual, nas quais eram diferentes as compreensões e significados sociais atribuídos aos homens, mulheres e crianças, e aos pais, mães e filhos, como apontado anteriormente. Levando em consideração as mudanças ocorridas nas primeiras duas definições de família apontadas pela autora, pergunta-se: que papéis e significados sociais, são hoje, atribuídos aos homens, mulheres e crianças e aos pais, mães e filhos? Como vem se caracterizando o exercício da maternagem?

A mulher anteriormente incentivada a assumir o papel materno, bem como as práticas de maternagem, a partir do século XX, tem esse papel ressignificando. A maternidade não pode mais ser pensada como o único papel designado às mulheres, não que este tenha perdido seu valor e significado social, mas apenas o exercício deste já não é suficiente. As mulheres são chamadas a assumirem outros papéis diante da sociedade.

O papel feminino deveria conter a maternidade, sem deixar-se englobar por ela. Contrariando tamanha ênfase na gestação e no feto, surgia nas mulheres das classes médias uma frequente irritação ao verem-se reduzidas ao papel

materno, mesmo quando isso ocorria através de gentilezas e concessões à sua condição de gestante. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.51).

Mesmo com as mudanças que vem permeando esse campo, nota-se que a ênfase mãe-bebê não deixa de existir, ao contrário, os cuidados com os infantes tomam cada vez mais centralidade.

Dentre as políticas sociais, percebe-se que é no campo da saúde que vem se desenvolvendo programas ligados a disseminação de métodos e práticas que orientam mães e pais em relação aos cuidados com os filhos, como por exemplo, é o caso do método mãe-canguru<sup>11</sup> e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno<sup>12</sup>. Mesmo havendo uma centralidade marcada na relação crianças-mulheres/ filhos-mães, percebe-se que os pais e/ou companheiros dessas mulheres-mães são também chamados a participarem dos processos de maternagem para com a criança, sendo essa participação supervalorizada diante da sociedade.

A maternidade ou às maternidades, no plural, pois diante da diversidade de experiências que circundam esse campo, torna-se limitado pensar a maternidade como uma experiência padrão, vivida igualmente por todas as mulheres. A maternidade é algo plural e único, vivenciada e entendida de diferentes formas pelas mulheres.

O adiamento ou mesmo a recusa das mulheres em relação à maternidade, via contracepção, é um dos muitos caminhos pelos quais tem se optado. Com a conquista do acesso a pílula contraceptiva – anticoncepcional- e de outras práticas utilizadas para interromper a gestação, é importante destacar o papel central das lutas políticas feministas nos anos 1960. Essas conquistas possibilitam que as mulheres decidissem, com maior ou menor autonomia, sobre a escolha de gestar. As lutas políticas travadas pelos Movimentos Feministas buscaram justamente questionar a ideia da mulher definida exclusivamente pela questão da maternidade.

A recusa da maternidade, na trajetória do movimento feminista pode ser entendida, como uma luta pela livre escolha de decidir. Scavone (2001, p.140) comenta que a grande

---

<sup>11</sup> De acordo com o BNDS SOCIAL (2001, p.34), o “Método Canguru” é um tipo de assistência neonatal que implica o contato pele-a-pele precoce entre a mãe e o recém-nascido de baixo peso, de forma crescente e pelo tempo que ambos entenderem ser prazeroso e suficiente, permitindo, dessa forma, uma maior participação dos pais no cuidado ao seu recém-nascido. (Disponível em: <[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP\\_Arquivos/comite\\_mort\\_mat\\_infant/infantil/5mae\\_canguru\\_bnds\\_social1.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP_Arquivos/comite_mort_mat_infant/infantil/5mae_canguru_bnds_social1.pdf)>. Acessado em: 05 novembro 2014).

<sup>12</sup> Ver maiores informações sobre o programa no sitio do Ministério da Saúde. (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2010/12/programa-nacional-de-incentivo-ao-aleitamento-materno>>. Acessado em: 05 novembro 2014).

novidade dessa luta, foi que “ela introduzia, do ponto de vista dos direitos humanos, a noção de direitos específicos, direitos tidos como de terceira geração”.

O desenvolvimento das lutas políticas no campo do feminismo marcou, ainda mais, duas importantes reflexões para pensar a maternidade. Se no primeiro momento, houve o discurso da negação da maternidade pelas mulheres, ancorada no entendimento de que tal condição às localizava e condicionavam à gerência da vida privada e a relação de submissão aos homens.

No segundo momento, o movimento questionou essa recusa; e novas compreensões afloraram, desenvolveu-se a ideia de maternidade como tipo de “poder insubstituível” e como uma condição constituinte da identidade, principalmente.

De acordo com Scavone (2001), surge posteriormente um terceiro momento que enfatiza a posição social das mulheres, nesse sentido, entende-se que a posição social não se definiria pelo fator biológico de reprodução, mas pelas relações de poder que atribuem significado social as experiências de maternidade.

[...] a definição teórica destes três momentos é reveladora de uma prática social – a maternidade – com todas suas contradições, mudanças e permanências. A recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas e não estão, necessariamente, ancoradas na idéia do handicap. Apesar da crítica feminista ter partido da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a um defeito, ela acaba mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente. (SCAVONE, 2001, p.141).

Outro fator que deve ser considerado é o desenvolvimento das novas tecnologias reprodutivas (NTRs), que permitiram às mulheres experienciar a maternidade, por vias que fogem ao biológico, dispensando a necessidade concreta de um companheiro, vista a possibilidade de utilização de bancos de sêmen formado a partir de doadores.

As mulheres podem, a partir dessas novas tecnologias, optarem por gestar crianças de uma maneira impensável anteriormente. Claro, que essa maneira de engravidar é possível dentro de algumas possibilidades.

Contudo, abre-se um novo campo de como pensar a maternidade e os sentimentos que se relacionam com o processo de maternidade e maternagem, pois se rompe a ideia de maternidade-determinismo biológico-sexualidade e reprodução, como dependentes e inseparáveis.

### **2.3 Mães que entregam os bebês em adoção nas maternidades: uma perspectiva jurídica**

É comuns que as maternidades atendam mulheres em conflito com a gestação, mulheres que não queriam engravidar e que tem muitas dificuldades em aceitar a maternidade.

Se em alguns casos essas mulheres recebem apoio familiar e são condicionadas a gestarem e parirem seus filhos, levando-os para o seio familiar e conseguindo criá-los. Em outros casos, essa dinâmica é totalmente diferente, visto que algumas mulheres ao não se identificarem com a gravidez ou ao não quererem assumir o filho após o parto, adotam ações em relação a situação que variam desde abandonos de crianças em vias públicas até a entrega destas nas próprias maternidades.

A recusa de crianças pelas mães, não é nenhuma novidade para a sociedade, já que essa prática foi amplamente executada no período do Brasil Colonial, assim como também em outros países.

Diante de tais circunstâncias é importante diagnosticar, como o judiciário tem tratado os casos em que mulheres e os homens, optam por não assumirem a função de criar os filhos. Nesse sentido, é importante refletir sobre a instituição e o significado do instituto do pátrio poder e da posterior formulação do termo que deu origem ao que se chama hoje de poder familiar.

O campo de definição da origem do instituto do pátrio poder é um terreno conflituoso, que não possui consenso entre juristas e historiadores, sendo muitas vezes suas análises interferidas por concepções conjunturais. Se por um lado, pesquisadores atribuem o surgimento deste termo ancorado na perspectiva religiosa, de exaltação do poder do homem enquanto chefe religioso ou da unidade doméstica, outros por sua vez, apontam que o surgimento estaria ancorado no princípio patriarcal, entre outras explicações.

Contudo, é possível afirmar que apesar das variadas explicações de origem do termo, todas convergem em um mesmo ponto, o pátrio poder é a superioridade do homem (marital/paterna) em relação as mulheres e crianças, localizado na relação entre pai e filho, da autoridade de um sobre o outro, bem como da responsabilidade do pai em relação ao filho.

Com a criação do Código Civil brasileiro de 1916, instituído pela Lei N° 3.071 de 1° de janeiro, é possível observar no Art.380 e no respectivo parágrafo único, a orientação que se tinha sobre o pátrio poder:



Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência. (BRASIL, 1916).

Nota-se, diante desse artigo, a centralidade que recaía sobre o homem/marido em relação aos filhos, que apesar de considerar a mulher-mãe como titular também do pátrio poder, essa era colocada em uma posição secundária na titularidade dos direitos e deveres em relação ao filho. De acordo com Comel (2003, p.29)

Não obstante, a mulher casada tinha um espaço relativamente restrito, especialmente na vida em sociedade. Começava por perder, com o casamento, o direito à livre administração de seus bens, o direito de exercer profissão sem autorização do marido, dentre outras limitações suficientes para colocá-la numa posição, se não de inferioridade, ao menos de estreita dependência para com o conjugue perante a sociedade, sobremaneira, patriarcal e machista [...] Nesse contexto, e como não poderia deixar de ser, o pátrio poder era privilégio do marido, enquanto chefe da sociedade conjugal, só exercido pela mulher de subsidiário [...].

Essa centralidade no poder do homem-pai em relação aos filhos vigorou no Código Civil brasileiro de 1916 até a emissão do novo Código que ocorreu, somente em 2002. Contudo, uma importante mudança que antecedeu a emissão no novo código, foi a Constituição Federal de 1988, que consagrou como direito fundamental a igualdade entre homens e mulheres.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988).

Além do Art. 5º, dispor sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres, no Art. 226 da CF/88 é estabelecido que os direitos e deveres em relação à sociedade conjugal serão também exercidos de igual maneira por homens e mulheres. Com a instituição do novo Código Civil brasileiro de 2002, sucedeu à alteração do termo, “Pátrio Poder” que passou a ser denominado de “Poder Familiar”. Nas palavras de Ataíde Junior (2009, p.29):

O novo Código Civil não inovou radicalmente quanto ao sistema geral do pátrio poder, que passou a ser denominado *poder familiar*. Operou, na verdade, apenas um melhoramento técnico e terminológico das disposições normativas e adaptou o instituto aos novos paradigmas do direito civil, introduzindo nele os conceitos de união estável e igualdade de exercício por ambos os pais (sem prevalência de nenhum deles), de forma a torná-los coerente com as características da nova família surgida nas últimas décadas no século XX.

Igualado o poder familiar na figura dos genitores, sem distinção de maior poder na figura de um em detrimento do outro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), entende:

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Garantindo as crianças e adolescentes, através do Art. 19 do ECA, o direito de “[...] ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária [...]”. Garantido esse direito as crianças e adolescentes, pergunta-se: como são tratados os casos em que a mulher-mãe e o homem-pai não querem ou não pode exercer essa orientação? Como ficam as crianças abandonas nas ruas e/ou entregues nos hospitais?

Essas são duas situações, tratadas de formas bem distintas pelo judiciário, pois entende-se que deixar um recém-nascido ou uma criança em local que represente perigo de vida da mesma é crime, de acordo com o Código Penal, estabelecido pelo Decreto Lei nº2.848/40, que considera:

Art. 134 - Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - detenção, de um a três anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Omissão de socorro

Contudo entregar um filho em adoção, não é considerado pelas leis brasileiras um crime, sendo assim, tal atitude se caracteriza pelo consentimento de ambos os pais em entregar o filho para adoção. Nesses termos é importante ter claro que a adoção, como

expresso no Art.277 da CF/88 e pelo Art. 47 do ECA/90, dispõe que os processos de adoção deverão ser assistidos pelo Poder Público, podendo constituir-se somente através de sentença judicial, inscrita no registro civil, mediante mandado do qual não se fornecerá certidão. Nesses casos, em que a criança em adoção é abandonada, o Código Civil (2002) não é necessário o consentimento dos pais.

Art.1.624. Não há necessidade do consentimento do representante legal do menor, se provado que se trata de infante exposto, ou de menor cujos pais sejam desconhecidos, estejam desaparecidos, ou tenham sido destituídos do poder familiar, sem nomeação de tutor; ou órfão não reclamado por qualquer parente, por mais de 1 (um) ano.

A mudança do termo, designa como responsabilidade dos pais a função de proteção dos filhos, sendo da ordem pública a competência e a responsabilidade de fiscalizar se a prerrogativa está sendo cumprida ou não. Nestes termos, evidencia a divisão das funções entre a órbita parental e a de fiscalização por meios das instituições <sup>13</sup>competentes.

Sendo assim, cabe descrever que as sanções postas diante dos não cumprimentos de tais obrigações, serão tratadas através da destituição de poder familiar <sup>14</sup>ou da suspensão do poder familiar<sup>15</sup>. Compreende-se que a entrega de crianças em adoção não se caracteriza como ato de negligência, portanto, trata-se de um processo que diz respeito a ‘extinção de poder familiar’.

[...] A extinção do poder familiar se opera, em regra, *ipso iure* é decorrência natural da verificação nos fatos jurídicos previstos no art.1.635, incs. I e II, do Código Civil: (1) morte dos pais ou do filho; (2) emancipação; (3) maioridade e (4) adoção. A hipótese do inc. V (por decisão judicial, na forma do art. 1.638) não é hipótese propriamente de extinção, mas de perda do poder familiar [...]. Importante frisar que a adoção como causa de extinção do poder familiar restringe-se às hipóteses de adoção consensual

<sup>13</sup> O ministério Público e o Poder Judiciário são as instituições responsáveis por fiscalizarem se os deveres parentais estão sendo cumpridos.

<sup>14</sup> De acordo com Ataíde Junior (2009, p.44) “A destituição ou perda do poder familiar, por sua vez, é espécie de sanção pela violação de deveres jurídicos preestabelecidos aos pais e somente se verifica por ato judicial, em procedimento contencioso, garantidos o contrário e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no Art.1.638 do novo Código Civil, aliado ao Art. 24 da ECA [...]”.

<sup>15</sup> “A suspensão da autoridade parental também se configura como sanção imposta em decorrência do abuso ou negligência dos pais no exercício do poder familiar. Porém, é penalidade, em regra, menos severa que a destituição, ante o seu caráter temporário, podendo até mesmo ser parcial, atingindo determinadas parcelas do poder familiar. É reservada a casos de menor gravidade ou como medida incidental nas ações visando a perda da *patriapotesta*.” (ATAÍDE JUNIOR, 2009, p.44-45).

(com consentimento dos pais), em procedimento de jurisdição voluntária, na qual o Juiz não precisa decretar a perda da autoridade parental para deferir a adoção. O poder familiar dos pais naturais, neste caso, simplesmente se extingue pela adoção deferida, que constitui um novo estado jurídico, com a criação do poder familiar para os pais adotivos. Os fatos extintivos independem, em regra, do pronunciamento do Poder Judiciário. (ATAIDE JUNIOR, 2009, p.44).

Esclarecido os aspectos jurídicos implicados na entrega de crianças em adoção nas maternidades, compreende-se que este se refere a um processo de extinção do poder familiar, tendo em vista que os genitores não chegaram a exercer efetivamente o poder e nem foram negligentes.

### 3 A EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR EM MATERNIDADES DE CURITIBA E FLORIANÓPOLIS

Apresenta-se nesta seção o percurso metodológico seguido para a elaboração do trabalho, bem como as discussões e resultados obtidos através da pesquisa desenvolvida com as profissionais, Assistentes Sociais e Psicólogas, das maternidades do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, em Florianópolis, e do Hospital Evangélico de Curitiba, em Curitiba.

#### 3.1 Percurso metodológico

A elaboração desta pesquisa inscreve-se no campo da pesquisa social, apresentando particularidades que lhes são próprias. Demo (1983) e Minayo (2003) exploram essas características, respectivamente, em seus livros *“Introdução à Metodologia da Ciência”* e *“O desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde”*. As considerações trazidas por estes autores apontam a necessidade de qualificar o objeto das ciências sociais como *histórico*, e isso significa “[...] caracterizar-se pela situação de ‘estar’, não de ‘ser’. A provisoriidade processual é a marca básica da história, significando que as coisas nunca ‘são’ definitivamente, mas ‘estão’ em passagem, em transição”. (DEMO, 1983, p.15). Considerando o objeto como histórico

Significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialidade tudo está para ser transformado. (MINAYO, 2003, p.20).

Uma segunda propriedade refere-se à questão da *consciência histórica*, ou seja, da capacidade de fazer história, mas de fazê-la de acordo com as possibilidades e condições do meio. Segundo Minayo (2003, p.20), essa consciência histórica seria ainda influenciada pelo “[...] desenvolvimento das forças produtivas, com a organização particular da sociedade e de sua dinâmica interna”. Tais elementos produziriam compreensões das relações sociais internalizadas e partilhadas pelos sujeitos coletivamente, uma vez que a história não acontece estaticamente. Os sujeitos interferem no seu desenvolvimento, sendo suas participações gestadas pelos elementos que influenciam o meio no qual estão inseridos.

O terceiro ponto abordado pelos autores refere-se à identidade entre o sujeito e objeto, visto que “quando estudamos a sociedade, em última instância estudamos a nós mesmos, ou coisas que nos dizem respeito socialmente”. (DEMO, 1983, p.16). As pesquisas em Ciências Sociais “[...] investigam seres humanos que, embora sejam muito diferentes por razões culturais, de classe, de faixa etária ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum que os tornam solidariamente imbricados e comprometidos.” (MINAYO, 2003, p. 21).

Considerando esses aspectos, a pesquisa no campo das Ciências Sociais aponta para “[...]o fato de que realidades sociais se manifestam de formas mais qualitativas do que quantitativas, dificultando procedimentos de manipulação exata”. (DEMO, 1985, p.16). Ou ainda, como afirma Minayo (2003, p.22)

A rigor qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: *gente, em determinada condição social*, pertencente a *determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados*. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, inacabado, e em permanente transformação.

A pesquisa desenvolvida consiste, portanto, em um estudo empírico, de abordagem qualitativa, sendo adotadas como principais categorias analíticas: gênero, agência, maternidade e extinção do poder familiar. Para Minayo (2000, p.94), as ferramentas analíticas “têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica”. Em termos gerais, a pesquisa “é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade”. (DEMO, 1983, p. 23).

Os dados da pesquisa foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, com roteiro (em apêndice), que consiste em “[...] apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa [...]” (MINAYO, 2000, p.99), neste caso, os profissionais que atuam no campo da saúde, particularmente da saúde reprodutiva. A proposta inicial da pesquisa era realizar entrevistas com profissionais de maternidades Escolas e maternidades conveniadas com o Sistema Único de Saúde (SUS). O conjunto de instituições levantadas foi em:

- Florianópolis/ SC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC) e Maternidade Carmela Dutra;
- Curitiba/ PR - Maternidade Victor Ferreira do Amaral (UFPR); Maternidade Mater Dei; Hospital do Trabalhador; Centro Médico Comunitário Bairro Novo; Hospital Universitário Evangélico de Curitiba.

Os sujeitos da pesquisa que compõe o *corpus*<sup>16</sup> seriam os profissionais que respondem tecnicamente aos órgãos competentes (Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude), quando há casos de extinção de poder familiar nas Instituições, sendo estes: assistentes sociais e psicólogos. O contato inicial com os profissionais das instituições listadas foi realizado por telefone, visando convidá-los a participarem da pesquisa. Neste foi explicitado o tema e seus objetivos, sendo enviado por email uma carta de apresentação e o projeto aqueles que demonstraram interesse. Três foram às posições dos profissionais e instituições em relação à proposta:

- Ausência de interesse, atrelando sua participação à autorização institucional - Maternidade Mater Dei, Centro Médico Comunitário Bairro Novo e Hospital do Trabalhador, ambos em Curitiba. Foram feitas tentativas de contato ao setor recomendado, embora sem sucesso;
- Interesse, atrelando sua participação à aprovação do projeto pela Plataforma Brasil<sup>17</sup>, a saber: Maternidade Victor Ferreira do Amaral (UFPR), em Curitiba, e Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis. Em virtude do exíguo tempo de elaboração do projeto e de sua aplicação, a proposta não foi cadastrada em nenhum Comitê de Ética, o que inviabilizou a presença dos profissionais destas instituições como sujeitos da pesquisa;
- Interesse e aceitação de imediato - maternidades do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC), em Florianópolis, e do Hospital Universitário Evangélico, em Curitiba.

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro, totalizando quatro, sendo entrevistadas duas psicólogas e duas assistentes sociais responsáveis pela maternidade e setor de neonatologia. Após a realização das entrevistas, todas foram transcritas para uma melhor apreensão dos dados.

---

<sup>16</sup> Entende-se por *corpus* “[...] o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos [...]”. Nesse caso, o *corpus* é formado pelos profissionais que participaram da pesquisa. (BARDIN, 2010, p.122).

<sup>17</sup> De acordo com o sítio da Universidade Federal de Alagoas, “a Plataforma Brasil é um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país”. (Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/cep/submissao-de-projetos/plataforma-brasil>>. Acesso em: 28 novembro 2014).

Tendo realizado essa etapa, os dados foram organizados e discutidos a partir da análise de conteúdo, segundo a modalidade temática sugerida por Bardin (2010, p. 44), definida como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Essa técnica prevê três fases de análise: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados por inferência e interpretação. Desse modo, foi realizada, primeiramente, a pré-análise das entrevistas transcritas, através da *leitura Flutuante*, que “[...] consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações [...]” (BARDIN, 2010, p.122).

Após a leitura flutuante do material, passou-se à fase de exploração, que é “[...] longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração [...]” (BARDIN, 2010, p.127). Nesta, os textos foram codificados em “categorias”, promovidas pelas questões norteadoras e oriundas do empírico, a saber: perfil das solicitantes; situações que as levaram a entregar o filho em adoção; sentimentos das mulheres; apresentação da demanda à equipe profissional; maternidade e paternidade; extinção do poder familiar; sentimentos da equipe diante da entrega à adoção e principais dificuldades da equipe nos casos de entrega para adoção.

Ao organizar os fragmentos codificados, a partir de características comuns, os mesmos foram agrupados em temas, e identificados seus sentidos. Para esse processo de construção dos temas, bem como de discussão e interpretação dos sentidos, considerou-se os princípios de exclusão mutua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

### **3.2 Apresentação dos dados**

Neste item, é discutido e analisado o material empírico coletado a partir das entrevistas realizadas com as profissionais. Igualmente, é dada visibilidade aos temas e seus sentidos, com vistas a responder as perguntas norteadoras da pesquisa.

Cabe destacar que todas as entrevistadas eram do sexo feminino, adultas com idade entre 28 e 36 anos, e com tempo de trabalho na área da saúde reprodutiva variando de 5 meses a 5 anos.



Outro fator sobre o perfil das entrevistadas e que situa seus campos discursivos é a ausência de cursos de pós-graduação na área em que se encontram, realizando somente cursos de capacitação voltados para a temática da saúde sexual e reprodutiva, porém todas possuem cursos de especialização e/ou mestrado em outras áreas. Desta forma, nota-se que a visão de cada sujeito é perpassada pelas experiências vivenciadas, sendo que algumas concepções são apresentadas apenas pelas assistentes sociais e outras apenas pelas psicólogas.

### 3.2.1 Perfil das solicitantes

No tema “perfil das solicitantes” dois sentidos ficaram evidentes. O primeiro apontou para os “diversos perfis” das mulheres que entregaram o filho em adoção. E, o segundo, para os aspectos sobre a “configuração familiar e rede de apoio” dessas mulheres. As profissionais, AS1; PSI1 e PSI2 abordaram em suas falas as múltiplas características que permeiam o perfil das usuárias. Entretanto, apenas a AS1 explicitou a diversidade, como é possível observar nos fragmentos retirados das entrevistas:

Eu já atendi uma jovem, que estava fazendo cursinho pré-vestibular pra prestar vestibular pra medicina, né?! [...]os pais tinham muito dinheiro e ela escondeu a gravidez de toda a família e entregou o bebê em adoção. (AS1)

[...] já atendi mulheres que tinha outros filhos, 3 filhos, 3/4 filhos. [...] mulheres que estavam sozinhas no mundo, vieram lá de outra região do Brasil, do Norte do Brasil, veio do Belém do Pará [...]. (AS1)

[...] era o primeiro bebê dela, ela já tinha 40 anos e ela não tinha condições de ficar com o bebê. (AS1)

**[...] são perfis totalmente diferentes, né? (AS1)**

Eu já atendi uma situação que era o parceiro que queria entregar o bebê em adoção. [...] eu tive apenas uma que ela e o companheiro desejaram entregar o bebê em adoção. [...] 98% das mulheres, a decisão era da mulher [...]. (AS1)

[...] ela era solteira [...]. (AS2)

[...] ela tinha um quadro de dependência química, ela usava crack [...] ela usou crack a gestação toda, ficou numa situação de rua [...] não conseguia muito ter uma rotina, né?! então ela ficava perambulando, não se alimentava, não fez pré-natal [...]. (PSI1)

**Ela também não foi cuidada, ela também teve uma situação de negligência da mãe, então ela já tinha dificuldades emocionais dela, né?! Tipo, recursos internos enfraquecidos por ela não ter tido um cuidado, né?! [...]. (PSI1)**

[...] várias tem a questão da dependência química, é muito forte [...]. (PSI1)

Ela tinha 19 anos e aí veio o segundo, não planejado de uma pessoa que não era um relacionamento estável, que não apoio, disse pra abortar. A mãe, quando soube, que estava grávida expulsou de casa ela e o menino, ela estava morando de favor, na casa de uma conhecida da mãe [...]. (PSI1)

[...] muita vulnerabilidade, muita! (PSI1)

[...] ela trazia o relato de que essa criança era resultado de um abuso, de uma violência sexual. (PSI2)

Era uma menina - não, tão novinha [...] mas, uma menina de uns 17 anos, uma adolescente. [...] nem sempre é tão jovem, existem mulheres, bem mais velhas, que já tem 10 crianças que a mãe já tá cuidando [...]. (PSI2)

Mas, a gente já atendeu caso aqui de violência sexual de que a mãe tava com o neném no colo da primeira violência que aconteceu. (PSI2)

O perfil das mulheres dos hospitais pesquisados abarca as seguintes características: faixa etária variada; condições financeiras diversas; dependência química; moradoras de rua; vítimas de violência sexual; abandono, rejeição e falta de apoio; relacionamentos socialmente reconhecidos e outros não; ausência de planejamento da gestação; ocultamento da gestação. As características do perfil, associadas ao contexto de produção da gravidez, promovem a motivação que leva as mulheres a recorrerem à entrega da criança em adoção. Nesse sentido, a tomada de decisão é centrada na figura feminina, contudo, não há uma tendência preponderante que leva as mulheres a assumir tal posicionamento. Em contrapartida, a posição dos homens ou parceiros das mulheres figura como minoria no processo de entrega da criança, sendo ainda mais residual como decisão do casal. Entende-se que há uma ausência dos homens e de suas posições em relação ao tema.

O segundo sentido, “configuração familiar e rede de apoio”, evidenciou a condição de abandono e/ou solidão destas mulheres, presentes nas falas de todas as profissionais. As configurações familiares das usuárias, assim como o perfil, eram variadas. Nota-se, em geral, que além de não possuírem contato com a família, essas mulheres não dispunham de redes de apoio; raramente estavam acompanhadas durante o processo de parto e pós-parto.

A maioria delas é sozinha, a maioria delas é sozinha. Raramente, elas estão com uma amiga, ou tão com alguém [...]. (AS1)

A família era ela, a família seria ela e o bebezinho e ela... os familiares dela não moravam aqui e eles não souberam da gestação, então ela não queria acioná-los pra entregar a criança pros cuidados deles [...]. (AS2)

[...] não tinha contato com a mãe, nem com o pai e nem com os irmãos. Ela morava com uma conhecida dela, numa casa que era meio assim, tinha ajuda da igreja. Ela tinha um rompimento com a família. (PSI1)

[...] são situações de desamparo, tanto da figura do homem, que vai... é o pai dessa criança, quanto da família, né?! (PSI2)

Nos relatos em que as usuárias estavam acompanhadas, nota-se que as acompanhantes são identificadas como “pessoa conhecida” ou “amiga”. Logo, quando se cercam de alguma companhia, geralmente o apoio é de outras mulheres, fenômeno que se reproduz no atendimento prestado na Maternidade.

Longe dos benefícios e vantagens que seu lugar social não pode proporcionar, essas mulheres acabam tecendo redes sociais e alternativas peculiares a partir do vivido. Apropriam-se do seu lugar e da sua condição, dos saberes e fazeres compartilhados, em busca de proteção. (AZEREDO, 2010, p. 584).

Nesse sentido, em alguns casos do *corpus* o gestar e o parir parece se constituir numa rede de solidariedade entre mulheres, porém este aspecto não figura como uma constante nos casos de extinção de poder familiar atendidos pelas profissionais.

### 3.2.2 Motivações que levaram as mulheres a entregarem as crianças em adoção

Este tema apresentou uma pluralidade de sete sentidos. Assim como o perfil das mulheres, as motivações também “não apresentaram um padrão”. Esse sentido é evidenciado pela entrevistada AS1.

[...] motivações individuais, de um contexto de vida, cultural, de objetivos de vida diferenciados. [...] cada mulher vai ter um motivo, uma situação que vá levar a isso [...]. [...] desmistificar que a mulher que entrega a criança em doação é aquela pobre que não tem condição. Não é só esse perfil, tem outros motivos, que são muito subjetivos daquela mulher. (AS1).

Embora uma das motivações não se limite a questões de dificuldades financeiras, outro sentido refere-se justamente ao que tange à entrega da criança por “motivos econômicos”. Este sentido esteve presente nos discursos das profissionais AS1, AS2 e PSI1.

[...] grande parte das mulheres que eu atendi, eram por uma situação socioeconômica mesmo, financeira, que não tinha condições. (AS1)

[...] eu que quero entregar, porque tipo assim... por isso, bem metódica. Não, eu não tenho dinheiro, eu moro de aluguel, começou enumerar os itens assim, as motivações dela foram econômicas, ela quis deixar isso bem claro. (AS2)

[...] ela sentia que não tinha condições econômicas [...]. (PSI1)

Por sua vez, o terceiro sentido compreende “dificuldades econômicas associadas à gestação oriunda de relacionamento eventual”.

[...] eu não tenho relacionamento com o pai dessa criança, foi uma ‘ficada’ que a gente teve e aconteceu! e eu não tenho como ficar com essa criança eu moro de aluguel, ganho um salário mínimo, eu trabalho de faxina. (AS2)

O quarto sentido explicitou a “incompatibilidade do exercício dos cuidados maternos com o projeto de vida” de algumas mulheres.

[...] teve outras que [...] era projeto de vida, naquele momento não caberia um filho no projeto de vida daquela mulher, ela desejava fazer outras coisas, né?! Ela não queria aquele bebê naquele momento. (AS1)

Este sentido assinala a distinção entre projeto de maternidade e projeto de vida, evidenciando a interdependência dos mesmos e sua explicitação no momento de gestar e parir.

Por sua vez, a “ausência de interesse pela maternidade” se configurou como outro sentido. Nas palavras de AS2, esse aspecto é evidenciado quando a usuária expõe “pois é, eu nunca fiz... nunca quis ter filhos [...]”. A fala destacada pela entrevista revela a ausência de desejo em relação a tornar-se mãe, e possibilita questionar a essencialização, bem como a naturalização desse fenômeno social.

O sexto sentido apreendido das falas das profissionais AS2 e PSI 1 indica sentimentos de impossibilidade das mulheres para o exercício do cuidado com a criança. O argumento das mulheres, trazido pelas profissionais, era de que estas: “não sentiam que poderiam exercer os cuidados”.

[...] eu não tenho como cuidar de uma criança, e eu não vou conseguir, então eu acho melhor fazer [...] as coisas direitinho pra eu não fazer uma coisa errada com essa criança e tal. (AS2)

[...] ela sentia que não dava que ela não ia conseguir que a filha ia ser mais feliz sem ela, que a filha ia ter uma família melhor. (PSI1)

Observa-se que a insegurança das mulheres em relação aos cuidados com as crianças está atrelada à preocupação com o destino e felicidade das mesmas.

A “rejeição por motivo de violência sexual” foi identificada como o sétimo sentido atribuído ao tema, evidenciando um contexto de desespero e negação da gravidez e da criança.

[...] ela evadiu do hospital e deixou a criança, ela disse que foi violentada e por isso ela ficou grávida e teve o bebê, e por isso ela queria entregar. [...] chegou à gestação por conta de violência sexual e ela escondeu de todo mundo. (AS2)

Nesse sentido, a gravidez e a criança podem recuperar a violência vivida pelas mulheres, assim como uma nova violência e/ou a sucessão da mesma.

### 3.2.3 Sentimentos suscitados pelas mulheres

Este tema trabalha à leitura tanto das profissionais quanto das usuárias sobre os sentimentos suscitados pela extinção do poder familiar, em função dos lugares que se encontram como mulheres, filhas, mães, técnicas, entre outros. Os sentidos identificados com a fala das profissionais em relação às usuárias foram de “culpa, sofrimento e desamparo”. Tal fato pode-se referir a compreensão que essas mulheres tem sobre o que é ser mãe, a maternidade, o cuidado dos filhos. Soma-se a isso o fato de não responderem socialmente à atribuições da maternidade, naturalmente designadas a elas.

Eu posso achar que... as mulheres que se sentem culpada, elas vem muito nesse processo da responsabilização materna, do cuidado, da entrega absoluta e total por aquele filho que elas tem essa, elas querem fazer isso, mas não tem meios para fazê-lo [...]. (AS1)

Ela não tava em sofrimento... eu acho que tava! isso meio obvio, ela deve sofrer! Mas pra mim pelo menos ela teve uma dificuldade de expressar! [...]. (AS2)

[...] muito sofrimento, é muito sofrido pra elas, é um luto assim... que é um luto que não é reconhecido socialmente, se julga muito a mulher [...]. (PSI1)

[...] vejo que os casos que eu acompanhei foi de desamparo, quando a mãe quer. (PSI2)

O segundo sentido apreendido está relacionado aos sentimentos das mulheres em relação ao ato da entrega da criança. Este refere-se à “preocupação de ter uma família”, ou seja, as mulheres verbalizam sua preocupação quanto ao destino das crianças que estão

entregando, como pode ser observado nos trechos retirados das entrevistas realizadas com as profissionais AS2 e PS11.

[...] tá, será que já vai pra uma família? Será que vai ficar muito tempo num orfanato, entre aspas, né? É uma preocupação pertinente, que muitas delas trazem [...]. (AS2)

[...] as mulheres que eu acompanhei que vinham com um discurso de que iam colocar o bebê em adoção, eu percebia que elas tinham uma crença, pelo menos as que eu acompanhei, de que o bebê ia ser mais feliz sem elas, de que o bebê ia ter uma família melhor assim. [...] eu acho que vai ter uma família que vai cuidar melhor do que eu acho que elas não se sentiam que elas iam poderiam dar o que o bebê precisava. (PS11)

### 3.2.4 Apresentação da demanda na unidade de saúde: a extinção do poder familiar

A forma como a demanda chega até as profissionais entrevistadas se caracteriza por dois sentidos: a) antes do parto (pré-natal), evidenciado pelas profissionais AS1 e PS11; b) após o parto (no centro obstétrico/ na enfermaria), esta última presente nas falas de todas as profissionais e indicadas como a forma mais recorrente.

[...] situações que buscaram a gente no pré-natal [...] antes do parto, que elas chegam e nos procuram aqui [...]. [...] em processo de trabalho de parto e verbaliza lá no centro obstétrico que ela não quer aquele bebê. (AS1)

[...] antes do parto elas informam: ‘olha, eu não vou ficar com a criança, eu vou colocar em adoção, então eu não quero ver, eu não quero que fique comigo’. (PS11)

[...] a maioria é no momento do parto mesmo. (AS2)

[...] na maioria dos casos elas já falam no centro obstétrico [...]. (PS11)

[...] a enfermagem ou outro pessoal chama. [...] Às vezes a própria equipe médica aciona [...]. (PS12)

### 3.2.5 Maternidade e Paternidade

O tema “maternidade e paternidade” apresentam-se de forma contundente durante as entrevistas, destacando-se sete sentidos. O primeiro apoia-se na compreensão de que tais categorias são frutos de uma “construção social”. Logo, ser mãe e ser pai são atribuições atravessados por crenças, costumes, aspectos culturais e sociais. Este está presente nas falas das entrevistadas AS1, AS2 e PS1.

“[...] maternidade e de paternidade, ela é muito construída socialmente, especialmente pelo meio que tu vive, pelas crenças que tu tem, pelos teus

valores morais, o que a sociedade impõe que é maternidade e paternidade”. (AS1)

“Eu particularmente assim, acho que tanto [a maternidade, quanto a paternidade] uma coisa quanto outra é forjado culturalmente ou na nossa história assim. Principalmente a questão da maternidade, né?! [...]”. (AS2)

“[...] em relação à maternidade e paternidade também, eu vejo muito como uma construção social e acho que o pai, a gente ainda tem que avançar muito, na questão do lugar do pai nisso tudo”. (PSI1)

O segundo sentido aponta para a “disponibilidade para o cuidado”, sendo este evidenciado pelas profissionais de psicologia, PSI1 e PSI2.

Mas visão de maternidade, eu penso muito na palavra cuidado, disponibilidade, eu acho que envolve muito isso, tanto a maternidade quanto a paternidade [...]. (PSI1)

[...] Maternidade e paternidade é você estar ali, é optar por, é o educar, é o estar junto, é se responsabilizar por, porque é uma responsabilidade, né?! E é um compromisso eterno [...]. (PSI2)

O exercício da maternidade e da paternidade são compreendidos pelas psicólogas como um compromisso com o cuidado assumido pelos atores. Isto envolveria igualmente disponibilidade para sua prática. Nessa chave de entendimento, há implícito na fala das profissionais uma naturalização dessa disponibilidade quando assumida, caracterizando-se como um trato eterno.

O terceiro sentido identificado, “maternidade e relações afetivas”, decorre da apreensão das psicólogas sobre maternidade. De modo geral, associam a maternidade ao exercício de amor e afeto para com a criança.

[...] quando eu penso em maternidade, penso muito em amor, né? [...] (PSI1);

Não é só amamentar ou só... a gente trabalha muito aqui com o amamentar, que eu também acho importante, mas o amamentar com afeto, mesmo que seja na mamadeira, na minha opinião, vale muito mais que só enfiar um peito na boca, né?! Então eu acho que assim, questão de vínculo, emoção, afeto e investimento e mais do que título, jurisdição, essa é minha opinião (PSI2).

Outro sentido associado ao tema refere-se à “maternidade: interação entre o biológico e o social”, sendo essas dimensões tomadas como relacional. Nas palavras de PS1 é definida

como “[...] uma mistura entre o processo biológico e social, assim eu acho que tem as duas coisas envolvidas, né? Só que o social, ele vai determinar muito do biológico”.

O quinto sentido, “Recorte de gênero: funções do feminino e masculino”, projeta as expectativas e exigências sociais feitas à paternidade e maternidade, reproduzidas de alguma forma por homens e mulheres. Para AS1, AS2 e PSI1, a paternidade está ancorada na ideia primeira de pai como responsável por prover e dar ordens, sendo secundária a compreensão de pai como cuidador. A mãe se ocupa das funções de cuidado para com as crianças e de outras atividades, bem como responde igualmente pelo seu descumprimento, como se a responsabilidade pelo “criar” fosse uma exclusividade feminina. A maternidade está, por sua vez, carregada de uma responsabilização e de uma culpa. As entrevistadas apontam, ainda, que não percebem que cabe ao homem “ter que ser pai”, ao contrário do que observam em relação às mulheres, que elas “tem que ser mãe”. A mulher bem sucedida seria aquela que casou, é mãe, tem uma formação profissional e exerce seu trabalho. Tais entendimentos evidenciam as duplas/ triplas jornadas de trabalho feminino legitimados pela sociedade.

[...] a questão da paternidade, é bem diferenciada da maternidade. De uma forma muito geral na nossa sociedade, o pai é aquele que provê, que dá as ordens e a mãe é o resto que faz tudo. Papéis bem distintos ainda na sociedade, que são reproduzidos por nós mulheres, infelizmente, né? [...] a maternidade ela vem muito carregada de culpa, né? de responsabilização daquela mulher, a mulher é o centro cuidado e do certo e do errado. (AS1);

[...] eu acho que tem uma coisa muito secundária, dele como ajudante e a gente reproduz muito, ele tá ali pra ajudar a mãe [...]. (PSI1);

Que uma mulher bem sucedida é a mãe que casou a mulher que casou e é mãe, isso é ser bem sucedida ainda hoje e tem que trabalhar, tem que dar conta de uma boa formação profissional, tudo isso. Então ainda tá muito atrelada a maternidade a questão de se ter sucesso na vida. Não é a minha visão de Assistente Social, é uma coisa que eu observo dos outros, que eu observo na sociedade assim. A mulher tem que ser mãe! Tu não queres ser mãe? Que é isso? Que que tu tens? Isso eu observo muito e com o homem eu já não vejo isso. Então já é uma diferença do que é uma maternidade e uma paternidade, né?!. (AS2).

O último sentido identificado é caracterizado pela “ausência paterna”. As profissionais identificam que é recorrente a ausência da relação entre a parturiente e o pai da criança, fator que impossibilita a comunicação sobre a gestação e o exercício do direito de a criança ter um pai, sendo habitual o discurso de que o pai da criança ‘sumiu’ ou não quis ‘ajudar’.



[...] ela não quis verbalizar isso, não quis compartilhar isso com o parceiro, com o pai do bebê. Ele não estava envolvido nessa decisão. (AS1);

[...] elas em geral não tem uma relação próxima com a pessoa que é o pai [...] perderam o contato, não fizeram mais contato ou não soube da gestação [...]. Em geral, o discurso é de que o cara não ficou sabendo [...]. (AS2);

[...] o pai era ausente, tinha sumido, elas não tinham o apoio do pai [...] Elas diziam que elas nem tinham mais contato com eles, nem sabiam mais onde moravam, não tinham telefone, que a pessoa às vezes morava em outra cidade, que nunca assumiu, que não quis saber e que elas não tinham nem como contatar essa pessoa. (PSI1);

[...] o namorado, quando ela contou, sumiu [...]. (PSI2).

### 3.2.6 Compreensões do processo de extinção do poder familiar pelas profissionais

A “Extinção do Poder Familiar”, como tema, resultou na identificação de sete sentidos. O primeiro refere-se à “dificuldade de trabalhar com a temática”, sendo este sentido anunciado pelas Assistentes Sociais:

É bem delicado isso, eu enquanto assistente social, eu entendo que isso é um direito daquela mulher [...]. É um tema bem difícil, porque as pessoas de uma forma geral, elas entendem que as mulheres não ficam porque não querem [...]. (AS1);

[...] eu, enquanto profissional, eu acho e é duro de lidar [...]. Quando atendi a primeira vez, eu tinha recém chegado à maternidade, então, tive que - ó, vou ter que respirar, vou ter que pensar no que eu vou fazer, no que eu vou conversar com ela, o que que eu vou dizer, porque nesse momento ela só tem a equipe [...]. (AS2).

As profissionais explicitam a complexidade social trabalhada nas situações em que as usuárias se posicionam pelo não exercício da maternagem. Estas envolvem um conjunto de preceitos morais que atravessam o processo técnico de encaminhamento da extinção do poder familiar. Relacionada ao primeiro sentido, o segundo trata da “promoção da decisão consciente”. As profissionais procuram fomentar a tomada de decisão consciente das usuárias ao acolher a demanda, acompanhá-las no processo de parto e puerpério, problematizarem com as mesmas suas posições e situações sociais, informar sobre seus direitos, do recém nascido e do pai da criança, mobilizar a rede pessoal, quando existe, e institucional, bem como discutir com a equipe a realidade apresentada pela usuária, no sentido de envolvê-la. Essa postura cumpre, portanto, com um dos princípios contidos no Código de Ética da categoria, que é o de

dar visibilidade à “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. (CFESS, 1993, p. 23).

[...] a gente jamais faz um processo de julgamento, de influência da decisão dela, a gente tenta mostrar quais são as possibilidades para que ela faça uma tomada de decisão consciente e bem autônoma, a partir dela. (AS1);

[...] mas eu também estou aqui para fomentar a pessoa numa decisão, que seja mais consciente possível [...]. (AS2).

O “julgamento da sociedade” foi o terceiro sentido associado ao tema da extinção do poder familiar, estando presente nas falas das profissionais AS1, AS2 e PSI2. Esse julgamento que permeia o processo de decisão implica, segundo as profissionais, em uma culpabilização das mulheres, não projetando, com isso, os demais atores envolvidos no contexto de produção da gravidez. As profissionais colocam em pauta a discussão sobre as questões legais do Brasil, como é o caso da criminalização do aborto.

[...] há uma culpabilização e uma responsabilização daquela mulher, muito severa, sem entender o contexto que ela está inserida [...]. Há todo o estigma da sociedade de tu entregar um filho em adoção. (AS1);

[...] tem as questões legais do Brasil, tem os impactos de talvez entregar essa criança em adoção, mas aí talvez aquela mulher nem pense nisso, até porque já é forjado que isso é errado, né?! É o aborto é crime, né...?! (AS2);

[...] as pessoas já implicam num julgamento, já vira toda uma questão toda de julgamento. (PSI2).

Outro sentido que ganha cena é a “velha compreensão de gestação como responsabilidade feminina”. Tal sentido é evidente nos depoimentos das profissionais, que apontam que as mulheres tomam a gravidez como uma responsabilidade exclusiva, não partilhando com os homens a produção da gestação.

É interessante, porque elas não responsabilizam os homens, a maioria delas, é como se a gestação fosse só delas. Uma desresponsabilização paterna, ainda, muito grande. (AS1).

As assistentes sociais percebem essa posição da mulher como um “decisão consciente”, configurando-se assim o quinto sentido. Contudo, essa postura é vista com destaque, sem que as profissionais a situem, também, como decorrência de um processo de prestação da assistência à saúde realizada pela equipe e por elas mesmas.

[...] foi uma decisão muito madura e segura assim, ela fez toda a despedida do bebê, ela entregou o bebê [...]. (AS1)

[...] me chama atenção é a decisão dela assim... É, acho que mais a postura e lidar com a decisão. [...] muito serena, muito tranquila e conversando abertamente, né!?. (AS2).

Outro sentido atribuído refere-se ao entendimento de extinção do poder familiar como “ato de amor”. Compartilha desse entendimento a profissional AS1 e PSII, embora com nuances diferenciadas em seus argumentos. Enquanto AS1 o associa também a não prática de aborto, PSII o associa a impossibilidade do exercício da maternagem. Enfatizam esse ponto do seguinte modo:

[...] o que elas estão fazendo é um ato de amor, é entregar essa criança em adoção, que elas poderiam ter abortado, elas poderiam ter interrompido essa gestação. Então, na cabeça delas estão dando a vida pra aquele bebê, que ela vá pra outra família e que ele vá ser acolhido da melhor forma. (AS1);

Tem uma fala, até de um ato de amor assim, né... de tipo: ‘vou dar através de outro algo que eu não posso dar pro meu filho’ [...]. (PSI1).

O sétimo e último sentido desse tema mostra que o processo é normalmente uma “decisão solitária”. Segundo AS1 e PSI1, as mulheres habitualmente estão e decidem sozinhas sobre a entrega da criança.

[...] é uma decisão muito solitária. Muito solitária. (AS1);

[...] eu acho que o contexto da gestação, influência muito pra como a mulher vai se sentir em relação a esse bebê, em relação até as possibilidades dela de realmente assumir essa criança. Às vezes, ela tem um contexto que não consegue, não tem recursos, nem internos e nem externos. Eu entendo muito como um desamparo [...]. (PSI1).

### 3.2.7 Sentimentos suscitados pela equipe

Sobre o tema “Sentimentos suscitados” pela equipe foram dois os sentidos identificados. O primeiro compreende a posição de “julgamento da equipe”, destacado pelas profissionais AS1 e PSI2. Este aspecto ganha ênfase quando agregado ao recorte econômico, ou seja, quando a manifestação da entrega à adoção não está associada às questões econômicas, ela é menos aceita e a mulher mais julgada pela equipe.

[...] tinha uma condição financeira bem tranquila, então, foi bem difícil pra equipe aceitar, inclusive alguns técnicos, questionaram que era um absurdo [...]; Sobre equipe de saúde, o que a gente observa são muitos julgamentos e preconceitos, sim! (AS1);

[...] ‘Óoo como poderia recusar’ [...] ‘Ah, será que foi ou não foi uma violência sexual?’ [...] me chamou atenção na verdade não a paciente, mas essa questão da equipe. [...] Há, às vezes, um julgamento, muito grande. Enfermeiros, médicos, quem tá mais assim, tá ali, lida com essa gestante, mas não lida com ela diretamente nesta questão [...]. (PSI2).

Outra questão presente nos relatos é a dúvida da equipe sobre os casos em que a usuária alega ter sofrido violência sexual. Nestes é questionada a veracidade da gravidez como oriunda de um contexto de violência sexual.

O segundo sentido aborda os discursos que foram residuais e pouco projetados, e que indicaram “sentimentos de compaixão à criança” pela equipe, sinalizado pela AS2 e PSI2. As profissionais verbalizam que os profissionais demonstram sentimentos de pena pelo recém nascido e/ou de incredulidade sobre a decisão da mulher de entregá-lo para adoção.

[...] na maioria das vezes, eles tem um discurso de ‘Ai, tadinha da criança’, ‘o que que vai fazer com essa criança, tão bonitinha’ [...]. (AS2);

[...] De outras pessoas perguntarem, [inclusive o] pessoal que tá lá dentro do centro cirúrgico: ‘mas era isso mesmo?’, ‘foi isso que aconteceu?’ [...]. (PSI2).

### 3.2.8 Principais dificuldades apontadas pelas profissionais

As “principais dificuldades” no processo de trabalho das profissionais ao lidar com essa demanda se constituem de três sentidos. O primeiro indica a “impossibilidade de trabalhar antes do parto”. Para AS1 o acompanhamento antes do parto contribuiria para uma tomada de decisão mais elaborada; enquanto que para PSI1, o acompanhamento prévio evitaria que as posições das usuárias fossem menos influenciadas pelas alterações biológicas do trabalho de parto e do parto em si.

[...] eu acho que se a gente conseguisse identificar esses desejos já no pré-natal, seria uma decisão mais elaborada, mais consciente, mais pensada por essa mulher [...]. (AS1)

[...] daí a emoção que surge no momento; biologicamente falando, a adrenalina do parto, a queda de hormônio, tudo isso, emocionalmente altera essa mulher. E você ter que lidar com isso, e saber se “será que é isso que ela quer mesmo?”, né? Porque é uma escolha pra vida, num momento tão frágil. Acho que essa é a em minha opinião minha maior dificuldade [...] a gente faz é constantemente voltar várias vezes, antes de definir de fato. (PSI2).

O segundo sentido expõe a “dificuldade externa” do processo de trabalho, apresentada pelas profissionais AS1, AS2 e PSI1. Estas ao buscarem responder à demanda, encontram problemas com o trâmite realizado junto ao judiciário, culminando em alguns casos na institucionalização da criança. Soma-se a esse fato a inexistência de uma rede de serviços destinadas a acolher as gestantes em conflito com a maternidade, independentemente da escolha a ser tomada. A rede, nesse sentido, além de acolher, minimizaria os constrangimentos pelos quais passam as mulheres no seu cotidiano, pelo fato de estarem grávidas, e ao adentrarem o espaço da saúde, pois poderia contribuir para assegurar proteção às mulheres e evitar a institucionalização do recém nascido.

Em relação ao processo do judiciário, conosco aqui, uma dificuldade, muito, muito, muito, muito grande que temos é: ela entrega essa criança em adoção e essa criança vai pra um acolhimento institucional. Nós entendemos que essa criança não deveria ir para um acolhimento institucional, ela deveria ir direto para uma família que já está na fila cadastrada. [...] essa é uma falha que eu vejo do processo de adoção. (AS1);

[...] os contatos da logística é o que também me incomoda, porque tu fica um tempão agarrado no telefone e tu não consegue falar com a pessoa que tu precisava [...] com o judiciário, das dificuldades que a gente tem de contato. (AS2);

[...] A gente fica sem dispositivo de rede, isso foi uma das coisas que mais me mobilizou nesse caso; o quanto que a gente precisaria ter uma rede mais efetiva [...] “Ahh não tem família”, mas e se tivesse uma rede institucional? De repente poderia ser muito diferente [...]. (PSI1).

O terceiro sentido, “dificuldades internas” do processo de trabalho, é apontado por AS2, que evidencia sua preocupação com os bastidores da equipe.

[...] O que me preocupa muita é o que rola nos bastidores que a gente não tá por perto. Conversa de profissional que a gente não pega, isso me preocupa muito, porque eu já presenciei muita coisa assim, com a equipe, em outras situações. Às vezes o profissional: "tá, beleza, então tá, vamos tocar a história" e lá tá fazendo burburinho com outros colegas assim. Então isso me preocupa muito... e isso gera um clima e uma repercussão que é desnecessária, não vai contribuir no nosso trabalho, não vai contribuir no trabalho de ninguém, só vai criar desafeto, isso me preocupa. (AS2).

Segundo a assistente social, muitas vezes os profissionais se colocam reafirmando as posições técnicas adotadas pelo Serviço Social. Contudo, nos bastidores fazem “burburinho” com outros colegas, gerando um clima e uma repercussão desnecessária e não contribuindo com o trabalho desenvolvido pela equipe.

### 3.3 Análise dos dados

O abandono e a entrega de crianças sempre esteve presente na sociedade, das Rodas dos Expostos, no período Colonial, à atualidade, e por uma miríade de motivos, da pobreza a questões de ordem moral. O trabalho evidenciou que as mulheres das Instituições pesquisadas que entregam os recém-nascidos nas maternidades não possuem uma única “face” ou motivação, ou seja, não se tem um padrão definido de que mulheres solicitam a extinção do poder familiar nas maternidades nos dias atuais. De acordo com a pesquisa de Freston e Freston (apud SOEJIMA, 2008, p. 5), o perfil das mães que abandoavam seus filhos, leia-se: entregam seus filhos era,

[...] mulher solteira, de mais de 20 anos, de educação primária incompleta, com trabalho incerto, sem fontes maiores de sustento familiar e que engravida de uma relação eventual sem compromisso estável. A maioria dos casos de abandono [...] é determinada pela conjugação do fator econômico (pouca educação formal; salário inconstante) com o fator familiar (enfraquecimento da família extensa pela migração; ausência do companheiro).

Se por um lado todos esses fatores foram evidenciados pelas profissionais, por outro, não se esgotaram neles. As entrevistadas mostraram que as mulheres que solicitam a extinção do poder familiar nas maternidades possuem diferentes idades, recursos econômicos diversos, questões familiares diferentes, não apresentando um padrão definido. Nota-se que essa decisão é atravessada por uma carência de rede de apoio. Na maioria dos casos relatados as mulheres estão sozinhas, sendo a tomada de decisão caracterizada pela solidão. De acordo com Motta (2001, p.151), “A carência de apoio social em nosso meio evidencia-se na falta de programas de atendimento a essas mulheres em quaisquer das fases do processo de decisão e entrega, na escassez de locais para acolhimento da mãe com seu filho [...]”.

As dificuldades materiais, econômicas e de disponibilidade para o cuidado das crianças, é uma característica, em especial nas classes populares. Para driblar essas dificuldades e garantir a criação e permanência dos filhos junto à família, é comum que pais e mães acionem redes de apoio (parentes e vizinhança) e que as crianças circulem entre essas casas<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Segundo Claudia Fonseca, “As redes sociais são mobilizadas em função da criança, de sua guarda ou de sua sobrevivência. Mas a circulação das crianças também serve para estreitar laços entre indivíduos da rede. Por exemplo, uma mulher que cria os filhos de seu irmão divorciado poderá eventualmente esperar ajuda deste”. (FONSECA, 2006, p.20). (Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30384.pdf>>. Acesso em 10 novembro 2014).

Entretanto, as mulheres descritas nas entrevistas, que acionaram os discursos de falta de condições para exercer o cuidado/gerência das crianças, majoritariamente careciam ou não tinham nenhuma rede de apoio familiar e nem institucional, não permitindo que estas lançassem mão desse dispositivo, uma vez que não possuíam redes. Assim como o perfil, as motivações das mulheres que decidiram entregar a criança em adoção também são variadas. Apresentam-se como motivações contextos com dificuldades econômicas, e gestações oriundas de relacionamentos eventuais e/ ou decorrentes de abuso sexual, reafirmando as motivações e os dispositivos lançados pelas mulheres em outras épocas.

Destaca-se que embora as dificuldades financeiras tenham centralidade nas entrevistas, a entrega de crianças não se limita a essa motivação. Segundo Motta (2001, p.151), “deve ser observado o conjunto de circunstâncias que envolvem a vida da mulher naquele momento”, pois essas são fundamentais no processo de decisão. Além dessas motivações, aparecem nos discursos outras justificativas para a entrega da criança, estando estas relacionadas ao sentimento de incapacidade de cuidar de uma criança; à incompatibilidade da maternidade com o projeto de vida da mulher; à ausência de interesse pela maternidade.

Quando a motivação é a incompatibilidade entre maternidade e projeto de vida das mulheres, o julgamento de outras pessoas sobre a posição pode ser entendido sob a ótica do processo de interação dos sujeitos na sociedade, visto que “os indivíduos participam diferencialmente de códigos mais restritos ou mais universalizantes” (VELHO, 1978, p. 19). Desta forma, sendo o exercício da maternidade permeado por códigos que o legitima, quando as mulheres não aderem aos mesmos, esta postura é percebida como uma recusa a sua incorporação. Ou ainda, poderia ser considerada como uma participação em códigos mais restritos às mulheres, que lançaram mão da maternidade em função de seus projetos de vida. Sobre esse aspecto, há que se considerar a existência de projetos sociais e projetos individuais.

Não se desconsidera a existência de um projeto social em relação à maternidade, ou seja, um projeto que representa “algum grupo de interesse, [...] uma dimensão política, embora não se esgote a esse nível pois a sua viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar sentido às emoções e sentimentos individuais” (VELHO, 1987, p. 33). Esse projeto atua legitimando o exercício da maternidade nos moldes trazidos pelas discussões do movimento higienista do iluminismo, que centra a responsabilidade da maternagem na mãe-mulher. Tampouco se desconhece a existência do projeto individual desse sujeito, porém “a possibilidade da existência de projetos individuais está vinculada em contextos sócio-culturais específicos”. (VELHO, 1987, p. 26).

Nesse caso, parece que ao rejeitar o projeto de maternidade em detrimento do projeto individual, essas mulheres estariam exercendo sua capacidade de “agência”, ao entregar a criança em adoção, enfrentando os julgamentos da sociedade, agindo em contexto de relações desiguais e resistindo assim aos imperativos inscritos no campo da maternidade. Portanto, quando as mulheres negam a maternidade e os exercícios da maternagem, essas posições podem ser compreendidas como a expressão de sua agência, no sentido de resistência e de expressão de sua intencionalidade.

[...] o termo “agência” pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas. [...] A agência de poder (desigual), tanto da dominação como da resistência, pode ser contrastada com o segundo modo principal de agência [...] o de intenções, propósitos e desejos formulados em termos de “projetos” culturalmente estabelecidos. (ORTNER, 2007, p. 64-65)

Portanto, é intrínseco na “agência” o poder que as pessoas possuem em relação a si e sobre outras, sendo essa força social exercida tanto para dominação quanto para resistência, como é o caso da entrega das crianças pelas mulheres relacionada aos desejos e projetos dos sujeitos. A existência de projetos sociais e projetos individuais não são fenômenos de ordem interna, eles são formulados dentro de um contexto de limites e possibilidades, mais ou menos aceitos socialmente. Sendo assim,

Há sentimentos e emoções valorizados e tolerados ou condenados dentro de um grupo, uma sociedade. Há, portanto, maiores ou menores possibilidades de viabilizá-los, efetivá-los. Desejos “pecaminosos”, emoções “inconvenientes”, sentimentos “impróprios” são limitados e balizados pelas sanções e normas vigentes ou dominantes. Os padrões da normalidade legitimarão ou não dentro de uma situação particular as condutas e ações individuais. Um código ético-moral definirá o errado, inadequado, incestuoso, improprio, sujo, poluído, perigoso que possa haver nos corações e mentes dos homens e nas suas consultas e interações. (VELHO, 1987, p.28).

As motivações que levam as mulheres a entregarem as crianças em adoção são variadas, assim como os sentimentos suscitados. Nesse sentido, os sentimentos verbalizados pelas profissionais abrangem a velha compreensão de gestação como responsabilidade feminina (quando essas mulheres não compartilham o processo com o pai da criança), a expressão de culpa/sofrimento até a preocupação com o destino da criança. Para situar esse contexto, é preciso ter claro que



[...] vivemos neste *web of meanings* que não foi criado por nenhum de nós individualmente e que expressa a existência e a pressão de uma sociedade e cultura que nos precedem e englobam. Seja holista ou individualista a ideologia dominante, o conjunto de crenças e valores a ela associados é determinante na elaboração da identidade social dos membros da sociedade. (VELHO, 2002, p. 49-50).

Os sentimentos de sofrimento e culpa em relação à entrega e ao abandono das crianças sempre existiram (BADINTER, 1985; VENÂNCIO, 1997). Contudo, esses sentimentos ganham força com a propagação médica higienista do iluminismo, que ao difundir o ideal de “boa mãe”, impõe a amamentação materna e afirma como responsabilidade das mulheres o cuidado com os filhos.

Paralelamente à imagem idealizada da maternidade, entra em funcionamento um sentimento poderoso que está presente no ideário social: a culpa. A culpa ficou tão fortemente associada à maternidade que é considerada um sentimento natural [...]. A fantasia de que as mães eram todas-poderosas levou a uma tendência à culpa-las por tudo aquilo que desse de errado e a esperar que elas fossem perfeitas, inteiramente generosas e sábias. [...] Diante de tanta insegurança consequente da rigidez do modelo contemporâneo de maternidade, algumas mulheres não se acham suficientes para o bebê, o que vem a reforçar o sentimento de culpa. [...] Movida pela culpa e pelo medo, a mãe se considera absolutamente indispensável e ninguém mais é confiável para cuidar da criança [...]. Do outro lado da moeda, pontua a autora, estão as mães que a sociedade considera tão más e anti-naturais que precisam ser forçadas a assumir suas responsabilidades. Essas mães “anti-naturais” são, na maioria das vezes, pobres e lhes é reservado pela sociedade uma carga de ódio por prejudicarem deliberadamente seus filhos. (MENEZES, 2007, p.18-19).

Desta maneira, é importante considerar que os sentimentos ancorados nos processos de decisão estão vinculados a uma teia de significados, nesse caso sobre o que é família, o que é maternidade, o que é paternidade, o que é infância e assim por diante. De acordo com Venâncio (1997, p. 189), “não é exagero afirmar que a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina, principalmente das mulheres que enfrentavam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar seus filhos legítimos ou nascidos fora das fronteiras matrimoniais”.

Os sentimentos de sofrimento e culpa podem ser entendidos através de uma reflexão sobre o processo de individualização, visto que esse processo

[...] não se dá fora de normas e padrões por mais que a liberdade individual possa ser valorizada. Quando vai de encontro às fronteiras simbólicas de

determinado universal cultural – ou as ultrapassa –, ter-se-á então, provavelmente, uma situação de desvio com acusações e, em certos casos, estigmatização [...]. (VELHO, 1987, p. 25)

Nesse sentido, esse processo de individualização se apresenta como gerador de uma “exclusão”, ou em outras palavras, de uma fragmentação da cidadania, já que tal processo está ligado a uma culpabilização dos sujeitos em detrimento de seus problemas, o que alimenta a imaginação dessas mulheres, que se sentem culpadas. Sendo a ideia da “boa” mãe e da maternidade fundamentada pelos processos biológicos da gestação e de outros, a mulher-mãe que não assume essas expectativas construídas socialmente recebe o título de “mãe desnaturada”, ou seja, de mãe que não cumpriu as “obrigações” naturais. Essa condenação das mulheres parece ganhar força e se legitimar no ideário social, em especial, depois dos avanços dos métodos contraceptivos, havendo uma maior individualização da maternidade.

A utilização dos métodos contraceptivos abre espaço para que a maternidade torne-se uma “escolha”, contudo, esse ‘poder’ também implica numa culpa cada vez maior sobre as gravidezes (e filhos) não desejadas. (FONSECA, 2009). Se por um lado, os métodos anticoncepcionais trouxeram um grande avanço para as mulheres, que a partir disso puderam controlar quando ficariam grávidas, por outro, atribuiu a estas uma maior responsabilidade sobre o processo.

Contudo, tais sentimento não são vivenciados por todas as mulheres que entregam suas crianças em adoção. Tal decisão aparece nos discursos das entrevistas também como um ato de amor. Autores como Badinter (1981), Venâncio (1997), Fonseca (2009), enfatizam esse aspecto, que evidencia que muitas mulheres decidiram entregar os filhos em função de dificuldades que não podiam sanar, acreditando assim que a entrega da criança aos cuidados de outros seria o melhor destino. Venâncio (1997, p. 202), exemplifica esse pressuposto quando relata que “Talvez a evidência mais surpreendente disso seja os casos em que as escravas enjeitavam o próprio filho, na esperança de que ele fosse considerado livre [...]”.

Outra característica que poderia compor o quadro de entrega da criança como um ato de amor é a diferenciação que o autor faz em relação ao abandono denominado “selvagem” e “civilizado”. Se o primeiro referia-se ao abandono em vias públicas, em locais incertos que colocavam em risco a vida da criança, caracterizado pela Lei brasileira como abandono e crime; o segundo referia-se ao que é evidenciado na pesquisa como “a entrega” da criança em local certo, antes caracterizado pelas Rodas dos expostos. Essa entrega, segundo Venâncio (1997), caracterizava a preocupação da mulher em relação ao futuro da criança, assim como apontado pelas entrevistas.

Como discutido, historicamente homens e mulheres ocuparam espaços diferenciados na história e nas diferentes culturas. Essas diferenciações, em geral, são legitimadas por papéis e atribuições construídas socialmente e justificadas pelas diferenças sexuais, produzindo desta forma desigualdades. Papéis masculinos e femininos, nas palavras de Louro (1997, p.24), “seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem comportamentos [...]”.

As lógicas ordenadoras da dinâmica social se dão através das classificações que organizam o pensamento e orientam as ações, sendo estas construídas e elaboradas a partir das disputas históricas travadas entre os grupos sociais. É nessa dinâmica que são produzidos os meios que formam e constroem os diversos padrões de cultura e de ideologias nas várias sociedades.

A produção de valores decorrentes da formulação dessas lógicas institui padrões na sociedade, que se expressam através de regras morais que orientam e influenciam as relações sociais. Numa perspectiva essencialista de normas e valores, o feminino e o masculino seriam definidos a partir de atributos psicológicos e sociais derivados da condição biológica. Nesse sentido, vê-se o masculino sendo exaltado como referência paradigmática na sociedade ocidental. Porém, pensar esses sujeitos a partir desta visão implica em consentir a hierarquização pautada nas diferenças sexuais, ou seja, consiste em aceitar e considerar as desigualdades sociais e de poder, justificadas pelo sexo, como condições naturais. Tais perspectivas, além de naturalizar as diferenças, sucumbem todos os processos históricos que organizaram e organizam a sociedade, minimizando com esse discurso as diferenças, direcionando para o esvaziamento do potencial questionador dos sujeitos sociais.

Como apontado na segunda seção, as mulheres começam a ter alguma valorização social quando lhe é conferido o status de mãe e de “ser indispensável ao desenvolvimento das crianças”. A importância das crianças para a sociedade esteve estritamente ligada à conferência de algum reconhecimento social e de poder para as mulheres. Enfatiza-se, no entanto, que seu exercício não é um privilégio natural de um grupo.

De acordo com Grossi (1998, p.4), “não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos [...]”. Contribuem para a afirmação dessas regras as explicações sobre as relações sociais proferidas pela ciência, que segundo a autora “parece dar explicações ‘neutras’ e ‘objetivas’”. Ressalta-se que estas refletiriam “os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, os quais refletem apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais”. (GROSSI, 1998, p.4). Nota-se que a

ciência e a biologia, como ferramenta analítica para compreender as relações diferenciadas entre os sexos, estão pautadas em perspectivas que não compreendem os múltiplos fatores presentes na trama da dinâmica social. Sendo que

[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1995, p.7).

Nesse sentido, gênero é compreendido como categoria analítica historicamente determinada. Segundo Grossi (1998, p.5), a categoria gênero “não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, é uma categoria que serve para ‘dar sentido’ a esta diferença [...] Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado”.

Essa chave de interpretação explicita a importância de compreender o processo de construção da maternidade a partir de uma compreensão relacional, considerando as diferenças socialmente construídas entre os sexos, bem como as apreensões de maternidade ligadas a de paternidade. Numa perspectiva de gênero, Scavone (2001, p.142), evidencia as múltiplas facetas que pode assumir a maternidade, podendo ser esta condição um “[...] símbolo de um ideal de realização feminina, como também símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres [...] inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo”.

As entrevistadas ao exporem suas concepções de maternidade e paternidade colocaram tais categorias no patamar de construções sociais, compreendendo que “mãe” e “pai” são apreensões decorrentes das relações sociais construídas, não sendo, portanto, determinadas e únicas. Nesse sentido, Scavone (2001, p.143) ressalta ainda que a maternidade é “[...] um símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro”.

As relações estabelecidas entre homens e mulheres, com suas crianças, referem-se ao exercício da parentalidade, ou seja, ao “posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de constituição do laço parental e não mais a partir de uma especificação a priori deste laço segundo o sexo”. (SCAVONE, 2001, p. 148).

Desta forma, mesmo sendo a maternidade relacional à paternidade e ao poder familiar, como dispõe o Código Civil de 2002, as profissionais entrevistadas apontaram que a extinção do poder familiar nas maternidades tem ocorrido através de uma decisão unilateral, estando a decisão centrada na mulher. Portanto, é a mulher quem tem decidido sozinha na maioria das vezes pela entrega da criança em adoção. Constata-se a ausência paterna nesses processos ou, ainda, em alguns casos, um “abandono” da mulher por este sujeito-pai, seja porque este não ficou sabendo da gestação ou porque soube e sumiu.

De acordo com Venâncio (1997), do ponto de vista geral, as mães do período colonial que entregavam seus filhos eram vistas como desalmadas e egoístas, não sendo tal representação distante da atualidade. Porém, o autor afirma que no dia-a-dia essa realidade era desmentida, e que o argumento da entrega representava, em diversos casos, um gesto de ternura. Nossa versão atual de moralidade materna deriva de uma imagem romantico-religiosa novecentista da maternidade branca como algo distintamente puro, e, no século vinte, de uma cultura freudiana que atribuiu à mãe todo-poderosa a responsabilidade determinante de toda e qualquer característica de seus filhos. Contra esse pano de fundo, uma mãe que toma a decisão de se separar de seus filhos parece não somente negligente, mas, pior, pronta para por em risco o bem-estar de seu filho (SANGER apud FONSECA, 2009, p.3).

É sob este ideário que as mulheres são percebidas em relação às crianças que gestam, sendo a condenação moral a pena para aquelas que entregam as crianças em adoção e/ou que abandonam. Tal representação está também sustentada no ideário de que a família é “[...] um fenômeno fundado em processos ‘naturais’, a começar pelas relações sexuais do casal procriativo”. (FONSECA, 2009, p.4). Os sujeitos e suas características, presentes nos processos de extinção do poder familiar, refletem a expectativa social em relação aos pais e mães. Essa expectativa mostra-se diferenciada, uma vez que ao esperar dedicação exclusiva da mãe em relação aos cuidados com os filhos, secundariza-se a figura paterna. Sendo assim, a recusa ou falta de disponibilidade de cuidar de um filho acarretam às mulheres um conjunto de julgamentos por parte da sociedade, ao contrário do que acontece quando se pensa na figura paterna.

Nesse sentido, Fonseca (2009, p.4) comenta que “diferente da paternidade que tolera eventuais separações sem necessariamente colocar em risco o status paterno, a maternidade implicaria obrigatoriamente numa atitude contínua, ininterrupta”. Ou ainda, nas palavras de Motta (2001, p.154), os homens são “excluídos desse processo pela sociedade que os ‘desculpa’ [...]”, sendo que “[...] algumas das razões para esta exclusão estão, provavelmente, em atitudes culturais e estereótipos de gênero”.

Soma-se às particularidades do processo a impossibilidade de as profissionais trabalharem com as usuárias antes do parto. Nesse sentido, o campo segundo as entrevistadas torna-se mais complexo.

A ignorância sobre a possibilidade da adoção, a existência de dificuldades pessoais ou mesmo de preconceitos – estes com muita frequência dependentes do seu meio ambiente, onde uma solução desse gênero é vista como altamente condenável – impedem, em geral, a tomada de uma decisão precoce por parte da mãe (DINIZ apud MOTTA, 2001, p.45).

A entrega da criança em adoção é uma possibilidade legal, instituída no Código Civil brasileiro, que não parece ser de domínio dos brasileiros. Acrescenta-se a essa ausência de informação a complexidade das dificuldades, que são tanto de ordem externa quanto interna dos sujeitos e de suas famílias.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, com o objetivo central de discutir as situações que envolvem os pedidos de extinção familiar nas maternidades de Florianópolis/ SC e Curitiba/PR, segundo as profissionais, evidenciou o recorte de gênero envolvendo a temática, os sentimentos das mulheres, o perfil e as condições de existência das usuárias que optavam pela entrega dos recém-nascidos à adoção, seus desenhos familiares, os fatores condicionantes e motivadores, entre outros aspectos. Destaca-se que os motivos identificados pelas profissionais não apresentavam um padrão. Esses variavam de argumentos relacionados às dificuldades econômicas e de falta de apoio até a incompatibilidade de exercício da maternidade com o projeto de vida e sua ausência de interesse.

Os dois últimos argumentos figuram como “novos” no sentido de ser verbalizado pelas entrevistadas, contudo, isso não significa que não existissem anteriormente. Porém, ao ser explicitado, a postura desses sujeitos parece transpassar a esfera “aceita” da sociedade, como nos casos de negligências e/ou condições de miséria, chocando-a, mas evidenciado, por outro lado, a agência dessas mulheres.

As normas e padrões construídos em torno da maternidade não consideram os projetos individuais dos sujeitos, suas vontades, capacidades e condições de assumirem as orientações impostas. Desta forma, as mulheres que não vivenciam a maternidade como se apresenta no projeto social, seja por conta de seu projeto pessoal ou de outras motivações, passam a ser consideradas e julgadas pelos demais sujeitos como mães “desnaturadas”.

O ideal de “boa mãe”, iniciado no final do séc. XIX, reafirma-se no século XX, mantendo-se até os dias atuais. No entanto, sua proclamação não diferencia a vivência dos sujeitos nesse processo. Assim, a “boa mãe” não tem classe social, e todos os esforços devem ser desempenhados para garantir o desenvolvimento da criança.

O amor materno, sentimento declarado pelo projeto social da maternidade como inato e indissociável das relações entre mãe e filhos, é colocado em questão quando os sujeitos assumem a decisão de pedirem a extinção do poder familiar, desnaturalizando os sentimentos que vem sendo naturalizados desde o século XIX. Diante dos dados da pesquisa, percebe-se que “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito” (BADINTER, 1985, p. 14).

A discussão realizada é centrada na mulher, não porque se acredite que ao falar de maternidade fala-se exclusivamente de mulheres, mas porque a responsabilidade imposta tem feito com que se torne assim representada. As mulheres são os sujeitos centrais das decisões

que permeiam as questões ligadas à maternidade neste trabalho, estando os homens ausentes dos processos de destituição do poder familiar.

Se por um lado a recusa da maternidade e do exercício dos cuidados maternos corroboram para a compreensão de que algumas mulheres parecem não se sentirem filialmente obrigadas a criarem seus filhos, por conta de seus projetos; por outro, algumas dessas decisões se mostram intrinsecamente ligadas às condições de existência destas mulheres, como a existência de dificuldades financeiras agravadas pelos contextos sociais em que elas não possuem apoio.

Ao considerar esses aspectos, não é possível afirmar que todas as mulheres que entregam as crianças à adoção não se sentem socialmente obrigadas a criarem seus filhos. Contribui para o processo de internalização dessa responsabilidade a pressão social que paira sobre esse campo, sendo identificados como recorrentes os sentimentos de culpa e sofrimento. Se para algumas esse processo parece ser vivenciado com tranquilidade, para outras é distinto. Nesse sentido, as percepções de abandono e doação variam com o grau de confiança e de justificativa com que as mulheres vivem o processo.

Refletindo sobre a forma como as profissionais entrevistadas percebem tais questões, é possível notar que mesmo elas considerando a maternidade e a paternidade como uma construção social, inscrita num tempo e espaço, lidar com essas demandas, inscreve-se no campo das ações delicadas e difíceis. Nota-se que as profissionais sofrem com as implicações presentes no ideário social, visto que a esfera do trabalho não está deslocada da esfera social.

As usuárias instituem a quebra de padrões impostos, não sendo receptoras de modelo passivo da maternidade. Tais posições, por sua vez, questionam, ainda que indiretamente e a partir de diferentes motivações, os valores e padrões instituídos.

Ao contrário do reino animal, imerso na natureza e submetido ao determinismo, o humano, no caso, a mulher – é um ser histórico, o único vivente dotado de faculdade de simbolizar, o que põe acima da esfera propriamente animal. Esse ser de desejo é sempre particular e diferente de todos os outros. (BADINTER, 1985, p. 14)

As mulheres relatadas na pesquisa evidenciam que o amor materno não é algo dado de antemão, natural e inerente à relação mulher-criança, é antes de tudo, construído, construído a partir da interação e da significação dada por essa relação.

Sobre a pesquisa desenvolvida, alguns aspectos merecem maior projeção, como, por exemplo, a entrega da criança em adoção por motivações ligadas à gestação oriunda de violência sexual. Outro aspecto refere-se à forma como essas demandas chegam às



profissionais. Recomenda-se para futuras pesquisas uma abordagem que busque analisar os contextos e motivações em que as mulheres anunciam que querem entregar a criança em adoção, mas mudam de ideia ao longo do processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, Editora, 1981.

ATAIDE JUNIOR, V. P, **Destituição do poder familiar**. Curitiba: Juruá, 2009.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. *Serv. Soc. Soc.*[online]. 2010, n.103, p. 576-590.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2010.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 12 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em 12 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 10 out. 2014

\_\_\_\_\_. **Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil. Disponível em:  
<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 13 jul. 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 12 set. 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

COMEL, Denise Damo. **Do poder familiar**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1983.

DONZELOT, Jacques. “O governo através da família”. In: **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1986.

FONSECA, C. 2009C. Abandono, adoção e anonimato: Questões de moralidade materna suscitadas pelas propostas legais de 'parto anônimo'. **Sexualidade, Saúde, Sociedade – Revista Latino-americana** (da CLAM, on-line), n.1: pp.30-62

\_\_\_\_\_. Algumas reflexões em torno do "abandono materno". In: Tornquist, Carmen *et al.* (Orgs.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. v. II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 49-80.

\_\_\_\_\_. **Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse**. *Cad. Pagu* [online]. 2006, n.26, pp. 11-43. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mães "abandonantes": fragmentos de uma história silenciada**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.1, pp. 13-32.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GROSSI, Miriam. **Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão**, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1988 (revisado em 2010).

LÔBO, Paulo. **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária**. JusNavigandi, Teresina, ano 9, n. 194, 16 jan. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4752>>. Acesso em: 10 set. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do “gênero”. Gênero, Sexualidade e Poder. In: **Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENEZES, K. F. F. L. **Discurso de mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes a doação**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

\_\_\_\_\_. O conceito de metodologia de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa EM SAÚDE**. 8ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO. 2003.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, S. M. S. R. ; ARAÚJO, M. F. . **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília - DF, v. 24, n.1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06>>. Acesso em 09 set. 2014.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexes sobre a agência. In: GROSSI, M. P. et al (orgs.) **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PIMENTA, José da Costa. **Filiação**. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato Social**. Tradução Antônio de Padua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCAVONE, L. **A Maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais**. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08>>. Acesso em: 10 out. 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n° 2, jul./dez.1995

SIMÕES, P.; ZUCCO, L. P. **Homens no Serviço Social**. *Libertas* (UFJF. Online), V. 4, p. 25-41, 2010.

SOEJIMA, Carolina Santos; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O que leva uma mãe a abandonar um filho?. **Aletheia**, Canoas, n. 28, dez. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942008000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

VELHO, G. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VELOSO, Renato. **No Caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero**. In: Revista Praia Vermelha. Estudo de Política e Teoria Social. V.2, n 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

VENÂNCIO, R.P. **Maternidade negada**. In: PRIORE, M. D (Org). História das Mulheres no Brasil. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.p. 189-222.

ZAMBRANO, Elizabeth. “**Parentalidades ‘impensáveis’**: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais”. *Horiz. antropol.* [online]. 2006, vol. 12, no. 26 [citado 2007-05-23], pp. 123-147. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=pt&nrm=iso)

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Profissional/ Instituição: \_\_\_\_\_

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO

- Idade:
- Relacionamento fixo:
- Filhos/ N. filhos:
- Religião:
- Formação:
- Ano de formação:
- Tempo de trabalho na maternidade/ Instituição:
- Trabalhos anteriores/ área:
- Formação na área de saúde da mulher/ saúde sexual e reprodutiva;
- Ano de formação na área de saúde da mulher/ saúde sexual e reprodutiva:

#### NOÇÕES SOBRE O TEMA

1. Motivações para trabalhar na área de saúde da mulher.
2. Relato de um atendimento sobre extinção do poder familiar realizado que mais lhe chamou a atenção.
3. Motivos que chamaram a atenção no relato descrito.
4. Identificação da demanda (como a demanda chega ao serviço).
5. Perfil dos atores que solicitaram a extinção do poder familiar.
6. Contexto familiar dos solicitantes da extinção do poder familiar.
7. Principais fatores que levam os familiares a solicitar a extinção do poder familiar.
8. Compreensões sobre a extinção do poder familiar pelos: responsáveis; equipe profissional; entrevistado.
9. Visões sobre maternidade: dos responsáveis e do técnico.
10. Visões sobre paternidade: dos responsáveis e do técnico.
11. Dificuldades no processo de extinção do poder familiar.

**APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

À \_\_\_\_\_,

Servimo-nos da presente para informá-la que a aluna NattanyCaruline Santos Rodrigues encontra-se regularmente matriculadas na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso TCC, disciplina obrigatória do currículo do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da UFSC, sob nossa orientação.

O tema estudado é **a extinção do poder familiar pelos responsáveis** e seu objetivo é compreender as situações que envolvem os pedidos de extinção do poder familiar pelos responsáveis nas maternidades dos municípios de Florianópolis/SC e Curitiba/PR, a partir dos discursos dos/as profissionais (Projeto em anexo).

Nesse sentido, gostaríamos de solicitar sua autorização e apoio para que a aluna possa proceder com a coleta de dados, etapa essencial à conclusão do trabalho proposto. Esta consiste em uma entrevista semi-estruturada, com questões sobre a temática abordada.

Certas de sua atenção pelo assunto em apreço, agradecemos e nos colocamos à disposição para quaisquer eventualidade.

Cordialmente,

Assinatura manuscrita em tinta roxa, sobre uma linha horizontal.

Profª Dra. Luciana Patrícia Zucco

Florianópolis, 16 de setembro de 2014.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“Convidamos a Sra. \_\_\_\_\_ para participar da Pesquisa “**A extinção de Poder Familiar nas Maternidades de Florianópolis/SC e Curitiba/PR**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **NattanyCaruline Santos Rodrigues**, a qual pretende compreender as situações que envolvem os pedidos de extinção do poder familiar pelos responsáveis nas maternidades dos municípios de Florianópolis/SC e Curitiba/PR, a partir dos discursos dos/as profissionais. O referido estudo será realizado a partir das narrativas **dos profissionais de Serviço Social e Psicologia dos Hospitais Maternidades colaboradores**, na entrevista a ser realizada, dentre as quais a Sra. foi escolhida.

Sua participação será voluntária, não obrigatória, e consistirá na realização de uma entrevista semiestruturada, agendada previamente de acordo com sua disponibilidade e conforme sua preferência em relação ao local de encontro.

Tendo em vista a importância de se discutir o tema a que se propõe esta pesquisa, sua contribuição trará muitos benefícios à **área de interesse, que pouco tem discutido sobre o tema. Através de sua participação, poderemos nos aproximar cientificamente dos motivos que levam as mulheres atendidas em Florianópolis/SC e Curitiba/ PR a doarem seus filhos nas maternidades, identificar os desenhos familiares, os fatores condicionantes e as concepções de gênero que se apresentam em meios aos pedidos de extinção do poder familiar. Cabe destacar que não identificamos a existência de riscos a sua pessoa ao participar da pesquisa.**

A qualquer momento a Sra. pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo à pesquisadora ou ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

As informações obtidas através da pesquisa serão utilizadas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora, e serão analisadas e publicadas, mantendo-se o sigilo de sua identidade, a qual não será divulgada.

Para qualquer outra informação, a Sra. poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço do **Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Centro Sócio-Econômico, Departamento de Serviço Social – Bairro Trindade, Florianópolis - SC, e pelos telefones (48) 3721-3800 e (48) 9663-2805.**

#### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto voluntariamente e tenho ciência que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Profa Dra. Luciana Patrícia Zucco  
(SIAPE 1168138)/ Professora Orientadora